



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 568 - DE 1 A 15 DE JULHO DE 2018 - R\$ 4,00

Fora Mike Pence do Brasil, porta-voz de Trump!



**Ditadura civil de Temer se curva
diante dos Estados Unidos**

Nenhum acordo com o imperialismo norte-americano!

Não à entrega da Base de Alcântara!

**Em defesa da Venezuela oprimida contra a intervenção
da nação opressora!**

**Que o Brasil rompa com a linha intervencionista dos
Estados Unidos na América Latina e em todo o mundo!**

**Operários, camponeses e juventude oprimida,
organizemos a Frente Única Anti-imperialista**

**Toda força à campanha dos 80 anos da IV Internacional
Lutemos pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista**

Pôr em pé a Frente Única Anti-imperialista

O Brasil está diante de uma ofensiva do imperialismo. Em outras palavras, uma ofensiva do governo Trump para impor sua política às semicolônias, do capital financeiro e das multinacionais. É por essa via que a maior potência descarrega sua decomposição econômica e social. Quando essa se esgota, utiliza-se a via do intervencionismo militar. Mais precisamente a opressão econômica é garantida pela opressão bélica. É o que caracteriza o capitalismo em sua fase superior de desenvolvimento, que é a do imperialismo. A extrema dificuldade das potências superarem a crise mundial, que eclodiu em 2008, agrava o avanço do capital financeiro e das multinacionais sobre as economias atrasadas e subordinadas.

A presença do vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, no Brasil, trouxe à tona as brutais contradições do capitalismo em decomposição. Os dois principais objetivos explícitos correspondiam à diretriz intervencionista do governo Trump. Ou seja, obrigar o Brasil a recrudescer o cerco ao regime nacionalista da Venezuela e obter a permissão de utilizar a Base de Alcântara, no Maranhão. Está claro que a ditadura civil de Temer se colocou, desde as primeiras horas, por assumir a política intervencionista do governo norte-americano. Trabalhou pela suspensão da Venezuela do Mercosul e, em seguida, se alinhou com os Estados Unidos na reunião da OEA que abriu o processo de sua expulsão.

Trump lançou sua plataforma de guerra comercial. Essa decisão visa, principalmente, a confrontar a China, mas alcança a Europa e países semicoloniais, como o Brasil. Isso explica o fato de Mike Pence evidenciar a “preocupação” com a arremetida da China sobre a América Latina. O Brasil tem despertado muito interesse nos chineses, que veem nas privatizações, na aquisição de empresas privadas e na exploração de determinados ramos da economia boas oportunidades. A disputa pelo controle do fluxo matérias-primas e commodities agroindustriais tende a se acirrar no seio de países que são grandes produtores. Esse aspecto da visita de Pence ficou subjacente. Mas se sabe que também foi um dos temas fundamentais. O que tem a ver com a guerra comercial.

Nesse final de governo, Temer corre a impor o seu plano de privatização, que é de interesse do capital financeiro e das multinacionais. Nesse preciso momento, dá um passo na entrega das distribuidoras da Eletrobras. No final de julho, estão previstos os leilões. A entrega de bacias do Pré-sal às petroleiras abre caminho para uma ampla desnacionalização da extração e do refino do petróleo. Estão também na mira do grande capital as riquezas minerais da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA). É típico do capitalismo monopolista o controle das potências sobre as reservas naturais, que se encontram nos países semicoloniais.

As reformas trabalhista e previdenciária somente na aparência compõem como um problema estritamente nacional. Não é preciso muito, porém, para identificar suas raízes externas. Em todo o mundo, inclusive nas potências, a burguesia impõe reformas antioperárias. A flexibilização capitalista do trabalho é de ordem mundial. A especificidade do Brasil está em que se vin-

culam diretamente à gigantesca dívida pública. Aí está uma das mais virtuosas fontes de especulação financeira e de sangria dos recursos nacionais. Os banqueiros e os grandes fundos mantêm a política econômica do País sitiada por meio de sua dependência à dívida pública e à fantástica soma de juros a pagar anualmente. A política antinacional e antipopular da ditadura civil de Temer é um reflexo desse sitiamiento.

As forças produtivas do País sofrem poderosos bloqueios. A influência do capital monopolista e a sangria de seus recursos estão em sua base. Temer já não pode fazer apologia de que seu governo tirou o Brasil do precipício. Esperava-se um crescimento de cerca de 3%, caiu para 2,6% e, no momento, o Banco Central prevê 1,55%. O que se traduz em maior desemprego, subemprego, pobreza e miséria das massas. Sempre são os explorados que suportam as consequências da crise econômica e o peso do saque imperialista.

Esse conjunto de acontecimentos diz que as condições objetivas estão mais do que maduras para as forças do movimento operário, camponês e popular constituírem uma frente única anti-imperialista. É preciso superar a passividade diante da ofensiva dos Estados Unidos e demais potências. O conteúdo político e social dessa passividade se encontra no enfileiramento do PT, da burocracia sindical, dos dirigentes dos movimentos camponês, popular e estudantil e das correntes de esquerda, principalmente o PSOL, por trás das eleições de outubro. Todos eles se declaram pela soberania nacional, no entanto, relem, contornam ou desconhecem o avanço do entreguismo, das privatizações e da desnacionalização. Procuram convencer as massas de que a soberania do País e a defesa das estatais se darão elegendo um novo presidente, se possível Lula, e constituindo uma bancada parlamentar de esquerda. Não bastou a trágica experiência do nacional-reformismo petista, que concluiu corrompido pelas relações de poder do Estado burguês.

Os explorados e sua vanguarda precisam rechaçar os chamados a constituir uma frente democrática ou uma frente de esquerda para concorrer às eleições. Precisamos de uma frente de combate, no caso, a frente única anti-imperialista. Uma primeira medida, nesse sentido, é a de convocar assembleias nos sindicatos e nos movimentos camponês, popular e estudantil, para organizar a luta contra a ofensiva do capital financeiro e multinacional. Formar comitês locais, regionais e nacional. Aprovar as bandeiras e um plano de ação da frente única anti-imperialista. Retomar o caminho da greve geral de 28 de abril do ano passado, mais extensa, mais unida e mais forte. Esse combate pode se iniciar com as tarefas e bandeiras: 1) defesa dos empregos, dos salários e dos direitos; 2) derrubar a reforma trabalhista, a Lei da Terceirização e a PEC do Teto; 3) impedir que burguesia recoloca a reforma da previdência; 4) acabar com as privatizações e a desnacionalização. Reestatização sob o controle operário; 5) romper a submissão do Brasil aos Estados Unidos e demais potências; 6) fim do intervencionismo norte-americano na América Latina; 7) pela independência nacional; 8) em defesa da estratégia da revolução proletária e por um governo operário e camponês.

Romper com o intervencionismo norte-americano

A classe operária, demais explorados e a juventude oprimida não puderam se manifestar contra a presença do vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, porque não houve nenhum chamado dos sindicatos, das centrais, dos movimentos populares, das organizações estudantis, do PT, PSOL e PSTU. Forças essas que poderiam convocar manifestações anti-imperialistas. Esteve colocada concretamente a bandeira de rompimento do Brasil com a linha de intervencionismo norte-americano na América Latina e, em particular, contra a Venezuela. E também a bandeira de defesa nacional contra a guerra comercial de Trump, os ataques especulativos do capital financeiro à moeda brasileira, a entrega da Base de Alcântara e a desnacionalização do petróleo.

Temer utilizou a tribuna do País para seu pronunciamento e a do representante do imperialismo sem que contasse com qualquer apoio da população. Comportou-se como um carneiro diante da potência que taxou o aço e o alumínio, que cerceou o desenvolvimento da indústria aeroespacial brasileira e que acaba de atacar brutalmente os imigrantes latino-americanos, entre os quais centenas de brasileiros. Não sabemos ainda qual foi o “acordo” selado em torno de Alcântara. Mas, sem dúvida, facilitará a penetração militar dos Estados Unidos em nossas fronteiras. Sobre a Venezuela, Pence pleiteou ao Brasil que tome medidas unilaterais contra o governo de Nicolás Maduro. Elogiou o governo brasileiro por ter se colocado pela suspensão da Venezuela do Mercosul, por sua atitude antichavista na reunião do Grupo de Lima e por se alinhar com os Estados Unidos na OEA. No entanto, o porta-voz de Trump achou pouco. Quer que o Brasil lidere o cerco que asfixia economicamente a Venezuela. O imperialismo sabe perfeitamente da importância das relações comerciais entre os dois países.

Essa presença no Brasil evidenciou ainda mais a disposição de Trump de intervir militarmente para derrubar o regime nacionalista erguido por Hugo Chávez. Descaradamente, Pence acusou a “ditadura brutal de Maduro” e o responsabilizou pelo “maior êxodo da história do hemisfério”. É como se os Estados Unidos não estivessem perseguindo e deportando imigrantes de vários países

latino-americanos. É como se não estivessem erguendo o seu muro na fronteira com o México. É como se as guerras promovidas no Oriente Médio e África não fossem as principais responsáveis pelo grande êxodo de imigrantes para a Europa. É como se os governos burgueses da União Europeia não estivessem em choque em torno à política migratória. Essa mesma União Europeia decidiu pelo cerco econômico à Venezuela, seguindo as ordens de Trump. Nesse exato momento, a Suprema Corte manteve o decreto de Trump, que impede a entrada nos Estados Unidos de pessoas de vários países considerados como perigosos à segurança nacional da potência. É como se a “maior democracia do mundo”, os Estados Unidos, não exercessem a maior ditadura sobre nações e povos oprimidos.

Um dia após a chegada, Pence concluiu sua “visita” indo ao encontro de refugiados venezuelanos em Manaus. Aproveitou para informar que os Estados Unidos oferecem um “aporte adicional de 10 milhões de dólares para programas de apoio a esses imigrantes, dos quais 1,2 milhão de dólares serão destinados ao Brasil”. Assim, compram com migalhas governos latino-americanos para seguir a política intervencionista. A bandeira de “ajuda humanitária” ao povo venezuelano não passa de uma máscara à ação contrarrevolucionária do imperialismo. Boa parte do desastre econômico e social pelo qual passa a Venezuela é provocado pelo brutal cerco econômico imposto pelos Estados Unidos. Ao contrário de um maior isolamento exigido por Pence, trata-se de romper a diretriz intervencionista da potência. A Venezuela não precisa de “ajuda humanitária” de seu algoz, mas sim do rompimento do cerco econômico e político.

A vanguarda perdeu uma excelente oportunidade para denunciar a ditadura civil pró-imperialista e venal de Temer. Uma excelente oportunidade para organizar um movimento anti-imperialista. A presença do porta-voz de Trump no Brasil indica o agravamento da crise mundial, que se reflete profundamente na América Latina e que arrasta o Brasil. Trata-se de trabalhar pela superação dos obstáculos que têm impedido o proletariado se erguer como uma força anti-imperialista e anticapitalista.

Declaração do Partido Operário Revolucionário

Fora Trump do Brasil! Fora o imperialismo norte-americano!

O vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, pôs seus pés em solo brasileiro no dia 26 de junho. Os explorados e a juventude oprimida devem responder com a bandeira “Fora Trump! Fora o imperialismo norte-americano!”.

É vergonhosa e monstruosa a posição da ditadura civil de Temer de receber o representante dos Estados Unidos, quando o Brasil foi taxado em sua exportação de aço e alumínio; quando imigrantes latino-americanos, entre eles brasileiros, sofrem com a separação de filhos e pais e quando o capital financeiro internacional realiza ataques à estabilidade da moeda nacional. Bastam essas três ações do imperialismo para a população rechaçar a presença do vice-presidente dos Estados Unidos em nosso País.

Somente uma burguesia servil e um governo capacho podem receber uma potência que está em franca ofensiva contra a economia nacional. É pura demagogia a notícia de que Michel Temer está

26 de junho de 2018
muito preocupado com as crianças brasileiras separadas de seus pais. É uma farsa a intenção de discutir com o governo Trump uma solução desse conflito. Apenas dois motivos interessam a Trump. Pôr as mãos na Base de Alcântara e alinhar o Brasil em torno do objetivo de intervenção norte-americana na Venezuela.

Recordemos que, nos anos de 1990, o imperialismo norte-americano impôs embargo à venda de instrumentos aeroespaciais ao Brasil e sabotaram abertamente o programa espacial, que se desenvolvia na Base de Alcântara. Conclusão: o cerco norte-americano ao projeto tecnológico brasileiro foi liquidado. Os Estados Unidos não permitiram que o Brasil avançasse em sua pesquisa técnico-científica de construção de satélites e foguetes. No início dessa década, barraram o programa nuclear brasileiro, impulsionado pela ditadura militar, sob o governo de Ernesto Geisel. Tais imposições provocaram um atraso científico-tecnológico e indus-

trial. Impediram a existência de uma política independente que pudesse desenvolver as forças produtivas, a despeito, portanto, do controle norte-americano. Agora, o governo Temer, embalado pelo ministro do PSDB, Aloysio Nunes, ex-nacionalista, abre caminho para os Estados Unidos tomarem conta da Base de Alcântara.

Em 2011, o governo de Dilma Rousseff patrocinou o que se denominou “Acordo de caráter geral na área espacial”. O que significou desconhecer toda sabotagem do imperialismo nos anos 1990. Temer, por sua vez, promulgou esse acordo antinacional, no dia anterior à “visita” de Mike Pence ao Brasil. A notícia é que será assinado um acordo bilateral de “salvaguardas tecnológicas”. Acordo esse que prevê 20 anos de vigência, podendo ser prorrogado. As “salvaguardas tecnológicas” significam que os Estados Unidos se apossarão da Base de Alcântara sem correr qualquer risco do Brasil ter acesso ao programa espacial norte-americano a ser implantado em solo brasileiro. O governo venal de Temer espera assinar uma declaração que subordine a Agência Espacial Brasileira à NASA.

É também sob esse governo que a Embraer está sendo transferida à Boeing. Os Estados Unidos há muito vinham exercendo influência sobre a tecnologia desenvolvida pela Embraer e condicionando seus passos. Em hipótese alguma, os Estados Unidos permitiriam que a Embraer fosse totalmente independente e capaz de projetar a indústria aérea brasileira internacionalmente. Por meio dos componentes eletrônicos adquiridos pela Embraer, os Estados Unidos ditaram as condições de existência da empresa, que era estatal. Em 2006, é bom retroceder no tempo, os Estados Unidos vetaram a venda de aviões brasileiros, civis e militares, ao Irã e à Venezuela. Bloqueio esse que veio a se repetir em 2015.

A Venezuela se tornou uma obsessão aos Estados Unidos. O imperialismo não pode conviver com regimes nacionalistas nas semicolônias. Qualquer que seja a limitação determinada pelo governo nacional-reformista, comparece como uma afronta à potência. No caso da Venezuela, a afronta se deu com o controle estatal do petróleo e da indústria de refino. O fracasso da tentativa de golpe militar contra o governo de Hugo Chávez, em abril de 2002, enfureceu o capital financeiro internacional e as petroleiras. A solução foi financiar política e materialmente a oposição burguesa pró-imperialista. O apoio popular e a forma de governo bonapartista que assumiu o regime chavista prolongaram a sua sobrevivência, apesar das investidas constantes dos Estados Unidos. A reunião da OEA, realizada no início de junho, teve por objetivo votar a moção norte-americana de expulsão da Venezuela e de recrudescimento do cerco econômico. Não foi possível chegar à expulsão, mas se deu mais um passo na estratégia de seu isolamento. O Brasil figurou como um importante cão de guarda da potência. Resmungou, quando Trump aventou a intervenção militar, e exortou a via da diplomacia e da solução pacífica. Não se fez de rogado, porém, em seguir a ação intervencionista da OEA contra o governo de Nicolás Maduro.

A presença de Mike Pence no Brasil reflete a subserviência do governo brasileiro e seu apoio à política norte-americana de violação da autodeterminação das nações oprimidas. Beira à insanidade a utilização da imigração de venezuelanos para o Brasil como arma de combate ao governo do País vizinho. Trump expulsa os imigrantes latino-americanos e aplaude o Brasil, que veste a pele do humanitarismo imperialista. A bandeira de “ajuda humanitária”

Declaração do Partido Operário Revolucionário

ria” ao povo venezuelano é eminentemente intervencionista. A burguesia brasileira a comprou como se o Brasil não fosse um país de miséria, fome e de violência crescente.

O capital financeiro internacional esteve por trás do golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Em seu lugar, instalou-se um governo de ditadura civil. Os Estados Unidos apoiaram essa via, por ser mais favorável à política de Trump. Temer, o Congresso Nacional e frente partidária golpista vêm retribuindo com as privatizações, as desnacionalizações e, sobretudo, a entrega das bacias petrolíferas do Pré-sal. Puseram em marcha um plano antinacional e antipopular, que nem mesmo o governo mais imperialista de todos, que foi o de Fernando Henrique Cardoso, conseguiu impor aos brasileiros. Essa foi a senha para que Trump enviasse seu vice-presidente ao Brasil, para exigir maior entreguismo e maior colaboração em sua ação contrarrevolucionária na América Latina.

A classe operária e a maioria oprimida têm todos os motivos para rechaçar o “acordo” que está sendo mancomunado contra os interesses nacionais do Brasil e de seu povo. Temer é odiado pela maioria da população. Temer é identificado como carrasco que impingiu a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Temer assinará um acordo de subserviência contra a vontade do povo.

Essa petulância, desfaçatez e prepotência de um governo surgido de um golpe somente são possíveis porque o PT, a burocracia sindical e a esquerda pequeno-burguesa vêm se negando a organizar um movimento anti-imperialista contra as privatizações e desnacionalizações. Vêm desviando a revolta dos explorados, que sentem o peso do desemprego, subemprego e das reformas que arrancam direitos, para a

disputa eleitoral. As greves dos petroleiros e dos eletricitários, que poderiam abrir caminho para a organização da luta nacional contra a ditadura civil de Temer e a ofensiva dos capitalistas à vida das massas, desgraçadamente, não passaram de uma farsa. Não se pode quebrar a espinha dorsal do governo pró-imperialista e derrotar as medidas antinacionais e antipopulares com uma direção adaptada às multinacionais e incapaz de se insurgir contra as determinações do capital financeiro.

É preciso reverter essa situação, constituindo novas direções classistas e revolucionárias. Essas se forjarão na luta anti-imperialista e anticapitalista. O Partido Operário Revolucionário (POR) toma a frente convocando a vanguarda com consciência de classe e socialista a assumir a tarefa de pôr em pé uma frente única anti-imperialista. Organizar os comitês de base! Exigir que os sindicatos convoquem as assembleias gerais e por fábrica! Retomar o movimento que culminou com a greve geral de 28 de abril de 2017!

Operários, camponeses e juventude oprimida, lutemos sob a bandeira da autodeterminação dos povos oprimidos.

Nenhum acordo do Brasil com o imperialismo norte-americano!

Não à entrega da Base de Alcântara!

Em defesa da Venezuela oprimida contra a intervenção da nação opressora!

Que o Brasil rompa com a linha intervencionista dos Estados Unidos na Venezuela, na América Latina e em todo o mundo!

Como o corporativismo, expressão do reformismo, vem dissipando a tendência geral de luta

Nos últimos meses, vimos se manifestar uma série de movimentos grevistas pelo país. Essa concomitância de movimentos reivindicatórios configurou uma tendência geral. A greve geral de 28 de abril de 2017 já tinha manifestado a possibilidade de se pôr em pé uma luta nacional de massa contra o governo, os capitalistas e suas reformas antinacional e antipopular. Essa tendência foi, naquele momento, bloqueada pelo divisionismo e colaboracionismo de classe imposto pelas direções das centrais sindicais. O recuo do movimento permitiu a um governo em profunda crise se reorganizar e fazer aprovar medidas duríssimas contra as massas, como a reforma trabalhista. A retomada grevista no último período revela que as massas não foram derrotadas ou desmoralizadas, voltam a se manifestar com a força das greves, ainda que fragmentadas.

A causa da divisão: o corporativismo das direções

Muitas vezes, um movimento grevista se inicia a partir de reivindicações particulares. Estas, no entanto, são gerais para os que se unem ao seu redor a fim de que, com a força de um movimento massivo, obter a força necessária para arrancá-las. Mas essa não é a característica dominante das greves que se seguiram ultimamente.

As reivindicações levantadas pelas recentes greves têm a ver com as medidas gerais, ditadas pelos capitalistas e seus governos, a todos os assalariados. São parte da resposta capitalista à crise econômica mundial, que se manifesta com suas particularidades no Brasil.

As lutas grevistas nos estados e municípios contra as reformas da previdência do funcionalismo se chocam contra a necessidade de “ajuste fiscal” para equalizar o sustento do parasitismo financeiro pelos cofres públicos. O ajuste fiscal é ditado pelo capital financeiro internacional ao país, como garantia de pagamento dos encargos da dívida pública mesmo num cenário de retração econômica.

As greves na educação pelo reajuste salarial, ocorridas em vários estados, se chocam contra esse mesmo ajuste fiscal. A saúde, educação e demais serviços públicos têm recursos cortados a fim de que sejam redirecionados ao sustento do mesmo parasitismo financeiro.

Os operários se chocam contra a destruição de seus direitos trabalhistas e o arrocho salarial. A reforma trabalhista tem por objetivo reduzir drasticamente o valor da força de trabalho e aumentar a superexploração, de forma a compensar as perdas dos lucros empresariais, consequência da retração econômica geral. A mais longa greve na Mercedes (traída pela direção, que aceitou acordo de PDV), a greve petroleira (desviada pela direção para a pressão eleitoral), a greve na Eletrobrás, se chocaram contra a ofensiva sobre os salários, direitos e desnacionalização.

Os caminhoneiros paralisaram a economia do país por quase duas semanas. Suas reivindicações se chocavam contra o entreguismo do governo Temer às imposições internacionais, e contra o próprio governo odiado pelas massas.

Nas universidades estaduais paulistas, as reivindicações de quebra do congelamento salarial, de contratações e defesa da permanência estudantil se chocavam contra o ajuste fiscal e a política privatista dos governos. Nas federais, as lutas combatiam os cortes de verbas, que praticamente inviabilizavam o funcionamento das universidades.

Tudo o que foi exposto acima mostra que as lutas grevistas tinham em comum a ligação das reivindicações específicas com as gerais, de combate ao governo e suas medidas. Colocou-se claramente, especialmente no momento da greve dos caminhoneiros, a possibilidade de retomada da greve geral de 28 de abril de 2017. Isso só não aconteceu por conta da política corporativista e divisionista das direções sindicais.

Ao não levar as lutas à unificação, por meio de comandos de base unificados, negociações conjuntas e preponderantes em relação às questões específicas, ações de massa nas ruas de forma unitária, enfim, ao não trabalhar pela unificação das lutas em curso, contra o governo e os capitalistas, abriram o caminho à divisão e, com ela, ao enfraquecimento das greves. A negociação das pautas específicas à margem de um movimento geral caracteriza o corporativismo. Por sua vez, o corporativismo é expressão da política reformista, que se caracteriza por fixar como objetivo obter não as reais necessidades das massas, mas aquilo que o capitalismo pode dar (só que o capitalismo, em sua fase de decomposição, só pode oferecer mais miséria e opressão).

O mais emblemático desses movimentos foi o dos caminhoneiros. A reivindicação de redução do preço do diesel não esteve ao

Essa tendência geral de predomínio das campanhas eleitorais a partir de agosto se choca com as tendências de luta das massas por suas mais sentidas necessidades, e com seus próprios métodos de luta.

lado da redução do preço do gás ou da gasolina. O apoio popular não se organizou em comitês, de forma que a população pudesse interferir no movimento. Os assalariados das companhias de transporte não puderam se incorporar à luta, as direções não os organizaram a partir de suas reivindicações, de forma a se separarem do corporativismo patronal. Não se levantaram bandeiras operárias, que pudessem colocar os pequenos proprietários ao lado dos explorados contra a patronal (reestatização da Petrobras sob controle operário, por exemplo). As centrais não organizaram a luta nos demais setores, para retomar o caminho da greve geral.

Nessas condições, o governo manobrou com os caminhoneiros. Prometeu baixar o diesel em 46 centavos, à custa de cortes na saúde e educação, portanto sem afetar o sustento do parasitismo financeiro. Concedeu isenção fiscal às transportadoras, para compensar o frete mínimo concedido aos autônomos, o qual foi logo a seguir descumprido por meio de acordos diretos. As empresas de pedágio já negociam compensações por conta da não cobrança do eixo suspenso (caminhão vazio). O resultado do corporativismo é que o governo e

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

os capitalistas manejam os recursos, orçamentos e cobranças de taxas e preços de forma a despejar sobre as massas o ônus pelas concessões corporativas aos caminhoneiros. E sobre eles próprios.

O corporativismo é o terreno fértil para germinar e se desenvolver a política eleitoral. Ao invés de incentivar as massas a buscar a resolução de seus problemas a partir de sua unificação cada vez mais ampla, aponta-se o voto e a pressão parlamentar como meios de resolver os problemas e implora-se por migalhas que sejam utilizáveis para obter apoio eleitoral.

Os ataques generalizados requerem resposta generalizada

As greves poderiam ter sido organizadas de forma a buscar a ação mais ampla, geral, de rua, o apoio popular organizado, a perspectiva da retomada da greve geral. Esse caminho é decorrente da estratégia de poder próprio das massas, a ser alcançado pela via da ação direta das massas e de sua organização independente.

O predomínio das estratégias eleitorais, que no fundo têm a mesma essência – suas diferenças são de forma e de aspectos –, repercute nas táticas e respostas aos problemas que se vivem. A contenção dos movimentos pelas direções reformistas, que apontam para a eleição de Lula ou de um governo democrático e popu-

lar como solução dos problemas, é acompanhada pela contenção das correntes centristas/oportunistas, que apontam para a constituição eleitoral de um governo dos trabalhadores, que teria um programa pseudo socialista de transformações.

Essa tendência geral de predomínio das campanhas eleitorais a partir de agosto se choca com as tendências de luta das massas por suas mais sentidas necessidades, e com seus próprios métodos de luta.

A atual tendência de luta está sendo dissipada pelo corporativismo eleitoral das direções, ou seja, pelo reformismo contrarrevolucionário. Mas é preciso notar que progride fortemente o rechaço de grande parte das massas à via eleitoral/institucional para a resolução de seus problemas. As pesquisas mais recentes apontam para 41% de abstenções, brancos e nulos. O que revela uma desconfiança na democracia burguesa e nas instituições do regime. É preciso trabalhar para que essa tendência se transforme em ação de massas, em suas lutas, com independência de classe. Para isso, é preciso construir o partido revolucionário, que ajude as massas a percorrerem nessa direção. Somente assumindo a resolução de seus problemas pelas próprias mãos, as massas caminharão em direção a constituírem seu poder próprio, que virá por meio da revolução proletária e não de qualquer eleição.

Completa um ano a aprovação da reforma trabalhista, 11 de julho.

Combater sem trégua a reforma trabalhista

A queda do número de ações trabalhistas em 40% foi avaliada como um sinal de que a reforma implantada pela ditadura civil de Temer tem tido seus efeitos benéficos para os interesses dos capitalistas. Segundo a informação, entre dezembro de 2017 e maio de 2018, houve 766.387 novos processos trabalhistas. Nesse mesmo período anterior à reforma, ocorreram 1,3 milhão de ações. O governo e os porta-vozes do capital festejaram o fato, como se fosse um bem geral ao País. Na realidade, a queda do número de ações trabalhistas indica que os assalariados viram diminuir a possibilidade de se defender perante a própria justiça burguesa.

É bem sabido que a justiça do trabalho serve, em última instância, para proteger o patronato. Ocorre que as violações das relações trabalhistas, provocadas pela superexploração e pelas péssimas condições de trabalho, obrigavam os juízes a aplicar aspectos da lei em favor do assalariado. Está aí por que a burocracia sindical sempre se esmerou em recorrer aos tribunais do trabalho, em detrimento da luta direta e coletiva. O que não diz a informação é quantas causas foram dadas em favor do trabalhador dentre as 1,3 milhão de ações. Não sabemos qual é a porcentagem favorável ao assalariado.

A reclamação da burguesia quanto ao elevado número de ações trabalhistas diz respeito aos gastos com a sua defesa. E a reclamação do próprio governo é com os recursos públicos canalizados para a justiça do trabalho. Embora os juízes tenham pressionado para se realizar acordos nas mesas de conciliação, não são, principalmente, os ganhos de causa do empregado que levaram o patronato a exigir as mudanças trabalhistas. Em primeiro lugar, sem dúvida, estão os custos do processo e tempo despendido pelas empresas. Está aí por que uma das cláusulas da reforma trabalhista estipula que, caso o trabalhador perca a ação, terá de pagar os seus custos. Essa medida evidencia toda a safadeza da Lei 13.467, que desfigurou inteiramente a CLT. Os operários e assalariados em geral têm consciência de que a possibilidade de ganhar uma ação contra o capitalista é quase nula.

Ainda está em discussão se a nova lei vale a partir de sua

promulgação ou se é retroativa. Temer procurou suprimi-la com a Medida Provisória 808, que regulamentava o critério da retroatividade. Como o Congresso Nacional não a aprovou a tempo, caducou. De forma que a divergência ainda permanece entre os juízes do trabalho, como deve ser aplicada a nova lei. A retroatividade simplesmente liquida milhões de processos. Apaga-se da noite para o dia o conflito ocorrido entre capital e trabalho. A arbitrariedade da reforma trabalhista chega a tal ponto.

As terríveis consequências do novo regime de trabalho ainda não podem ser avaliadas em toda a extensão. A burguesia levará algum tempo para assimilá-la e ajustá-la às condições materiais e sociais. Pelos primeiros sinais, no entanto, já se têm claro o nível de gravidade. Os assalariados perderam proteções elementares diante das necessidades do patronato de elevar a taxa de exploração da força de trabalho e de, assim, aumentar a extração da mais-valia. Duas operações estão na base da Lei 13.467. Primeiro, permite estender a jornada de trabalho, o que possibilita o incremento da mais-valia absoluta. Segundo, permite o rebaixamento salarial, o que reduz o preço da mercadoria força de trabalho. Sobre esses dois pilares, a reforma destrói direitos, o que diminui os gastos com o salário indireto. A proteção dos assalariados nas condições concretas da produção tanto está vinculada à jornada, quanto ao custo da força de trabalho. Em outras palavras, os mecanismos protetores incidem sobre a taxa da mais-valia. Para os assalariados, o aumento da jornada, a redução dos salários e a perda de direitos atingem as suas condições físicas e mentais. Em particular, afetam a força de trabalho feminina. É extremamente grave a extensão da jornada e a precariedade do trabalho (desproteção da maternidade, por exemplo). A Lei desconhece a dupla jornada das massas femininas e a agrava ainda mais. O trabalho informal e o subemprego ganham espaço na economia, quando devia retroceder.

Os explorados estão diante de uma ofensiva sem precedentes – podemos dizer histórica – da classe burguesa contra a classe operária. A destruição da CLT retrocede as relações trabalhistas à

fase mais bárbara do capitalismo. Acentua o método de extração da mais-valia absoluta. A precarização das condições de trabalho é parte desse retrocesso. A flexibilização capitalista do trabalho e, em especial a terceirização, evidenciam a gigantesca necessidade da burguesia proteger seus lucros nas condições gerais de desintegração do capitalismo em nível mundial.

Constata-se que a economia brasileira padece do baixo crescimento e da estagnação há muitas décadas, excetuando esse ou aquele curto período. O País está diante de um brutal bloqueio ao desenvolvimento de suas forças produtivas. Reflete o alto nível de contradição entre as forças produtivas mundiais e as relações capitalistas de produção baseadas na propriedade monopolista. É necessário, obrigatoriamente, verificar as particularidades nacionais. Em geral, o controle dos ramos fundamentais da produção pelo capital imperialista trava as forças produtivas internas. O saque de parte das riquezas do País pelo capital financeiro e pelas multinacionais escasseia os recursos produtivos. A monumental dívida pública acumulada é um grande aspirador de riqueza produzida pelas massas. É sobre tal contradição e decomposição do capitalismo que se assenta a reforma trabalhista.

Isso explica por que os reformistas – principalmente o PT e sua burocracia sindical – se mostram limitados, prostrados e aco-

vardados diante da violenta ofensiva capitalista contra a maioria oprimida. Não têm como sequer contar com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A sua Comissão de Aplicação de Normas considerou a reforma trabalhista de Temer ajustada à Convenção 98, desconhecendo o parecer do Comitê de Peritos da própria OIT. Esse organismo não tem como se contrapor às tendências mundiais de reformas antioperárias. A burocracia sindical continua preocupada apenas com o imposto sindical.

A luta pela derrubada da reforma trabalhista é revolucionária. Atinge diretamente as necessidades mais prementes dos capitalistas e de seus governos. É, inclusive, de ordem internacional, basta ver a recente greve geral na Argentina, os combates operários na França, os protestos na Rússia, etc. No Brasil, a greve geral de 28 de abril do ano passado estabeleceu o marco pelo qual o proletariado e a maioria oprimida devem se balizar para romper o cerco que a burguesia nacional e o imperialismo lhes estão impondo à força. Foi preciso um golpe de Estado e a instalação de uma ditadura civil para aprovar e implantar a Lei 13.467. A bandeira dos explorados é a de retomar a greve geral, ainda mais potente e mais unificada. É por esse caminho que se trava o combate pela derrubada da reforma trabalhista e todas as medidas antinacionais e antipopulares.

A terceirização tem de ser respondida com greves e manifestações Essa é a lição dos operários terceirizados da Braskem e da Firestone

Operários das empresas Terceirizadas fazem greve na Braskem e na Firestone, por reajuste salarial e contra o aumento do convênio médico. Na Braskem, entraram em greve os operários da Manserv, Rip, Chiarelli, Enterpa, Odebrecht por aumento dos salários e do Vale Refeição e pelo cumprimento das cláusulas do acordo coletivo.

No quarto dia de greve, as empresas ofereceram um reajuste de 2,5% retroativo a 1º de maio, aumento do Vale Refeição de 620,00 para 670,00, no mínimo 30 dias de estabilidade para todos, 50% do pagamento dos dias parados. Essa proposta foi apresentada à diretoria do sindicato e ao comitê de fábrica. Na assembleia, os operários a rejeitaram.

No quinto dia, pela manhã, a direção do sindicato voltou a colocar a proposta para os operários da Rip, Chiarelli, Enterpa e Odebrecht. Isso por que, segundo o sindicato, essas empresas não pretendiam impor a chamada coparticipação no convênio médico. A diretoria assim defendeu que, nesses casos, o acordo era vantajoso.

Diante do olhar apreensivo dos operários, a direção disse que, se a maioria fosse contra o acordo e quisesse continuar a greve, ela estava disposta a lutar até o fim. No caso da Manserv, a greve iria para o julgamento no TRT. Isso por que havia o problema da cooparticipação nos convênios médicos, que impõe aos conveniados pagar parte das consultas.

A assembleia se dividiu. A diretoria foi obrigada a colocar em votação duas vezes. A maior parte achou que era melhor aceitar o acordo. Portanto, a volta ao trabalho deveria ser imediata. Estabeleceu-se uma confusão. Os operários queriam voltar somente na terça-feira depois do jogo do Brasil. O representante

do sindicato foi taxativo: ou volta imediatamente ao trabalho, ou arca com a falta. A assembleia queria uma nova votação. O sindicato disse que não era mais possível.

A greve na Manserv

Os operários da terceirizada Manserv ficarão em greve, na Braskem e na Firestone, até terça-feira. Então ocorrerá nova assembleia depois do julgamento do Tribunal. A greve continuou na Manserv, porque a empresa (uma terceirizada de grande porte) quer impor aos operários um convênio médico com a nova regra da coparticipação. Os operários sabem que esse tipo de convênio só serve para confiscar parte dos salários, nunca foi barato pagar as mensalidades e, agora, além de pagar as mensalidades, terão de pagar quando for ao médico.

O Boletim Nossa Classe, porta-voz do Partido Operário Revolucionário, participou das assembleias. Defendeu a unidade da classe operária contra os patrões. Que o sindicato Construmob convocasse uma assembleia de todos os terceirizados. E que não isolasse a greve da Manserv. A volta ao trabalho e parte das terceirizadas era um perigo para a greve da Manserv, que continuava. É preciso superar o corporativismo e fortalecer a solidariedade de classe do proletariado. O militante do Boletim Nossa Classe defendeu ainda que o ataque aos salários, por meio da cooparticipação, atingirá todas as empresas que têm convênio médico. Conclui mostrando que o desemprego, subemprego, a terceirização e a reforma trabalhista devem ser combatidos por todos os explorados. A ditadura civil de Temer vem atacando a saúde, a moradia e a educação. O que torna necessário retomar a greve geral de 28 de abril do ano passado.

Corporativismo leva ao fim da greve na USP

Em negociação com a reitoria, em 21/06, o Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP) obteve um aumento de R\$ 140,00 no vale alimentação, e a possibilidade de reposição dos dias parados nessa greve. No dia seguinte, a direção propôs o fim da greve. A partir de então, somente os estudantes da USP se mantinham na luta, que começou unificada entre as universidades estaduais paulistas.

No mesmo dia, haveria negociação específica com os estudantes. A direção do DCE (PT) cancelou unilateralmente essa reunião, por conta do luto pelo suicídio de um de seus militantes. Passou por cima da assembleia e do comando. A comissão de negociação não é subordinada à gestão. E mesmo que fosse, tem de responder à soberania da assembleia. Foi vergonhosa a manobra de usar a morte e o luto para desorganizar o movimento. Os revolucionários honram a memória dos lutadores lutando com força e convicção da vitória do movimento.

Apesar disso tudo, as assembleias estudantis votaram pela continuidade da greve. Destaque para as da Letras, que votaram com cerca de 95% dos estudantes em favor da continuidade da luta, apesar de isolada com a saída dos professores na semana anterior, e de cerca de 80%, depois da saída dos funcionários.

No entanto, a Assembleia Geral de 28/06, com baixo quórum, votou pelo fim da greve, sem nenhuma conquista concreta para o movimento estudantil. É necessário, portanto, responsabilizar a política do reformismo e do centrismo pelo corporativismo e pela posição conciliadora.

Uma greve sem preparo, imposta pelas bases às direções, de fora para dentro da universidade

A greve nas estaduais paulistas ocorreu num momento de tendência geral de luta das massas no país. As várias greves na educação, a greve dos caminhoneiros com amplo apoio popular, as greves operárias no ABC, nos petroleiros, na Eletrobrás, tudo apontava para uma conflagração geral contra o governo e os capitalistas. Mas, pesou contra essa tendência a política corporativista das direções sindicais e estudantis. As greves foram levadas a pressionar por reivindicações particulares, acima das gerais, que poderiam unificar as lutas. As direções sindicais, em geral, travaram o método das manifestações de rua e bloqueio de avenidas (o bloqueio das estradas foi feito pelos autônomos, à margem da vontade dos sindicalistas, e jamais se organizou o apoio da população). As negociações particulares levam à divisão do movimento e seu consequente enfraquecimento.

No caso das estaduais paulistas, o Conselho de Reitores (Cruesp) impôs aos sindicatos a negociação por setor e por universidade, quando a greve era unificada. Somente negociaram o índice de reajuste, ditado pelo governo, de ínfimos 1,5%. Nenhuma das direções sindicais presente protestou contra essa medida. Acataram a divisão imposta pelos reitores/governo. Ainda antes da greve, a possibilidade real de unificação estava assim ferida de morte.

Na USP, nenhuma das direções sindicais ou estudantis fez uma preparação para uma greve contra as reitorias/governo. A intransigência dos reitores surpreendeu os chefes sindicais, que contavam com o aumento de 8% no orçamento para obter um reajuste mais próximo de repor as perdas, de 12,56%, desde 2014. O DCE negociava às costas dos estudantes com a reitoria, sem divulgar as reuniões ou atas. Só chamou uma assembleia às vésperas de maio. Pretendia

apresentar “conquistas” por meio da conciliação, sem luta. Todas essas direções perderam em suas apostas, pois, reitoria/governo se mostraram fiéis seguidores da linha de ajuste fiscal.

A atual situação precária da universidade empurrou todos à greve. Dessa vez, os professores saíram à frente. Os funcionários estavam divididos, por conta do medo causado pelo não pagamento de dois meses de salários da greve de 2016. Entre as correntes que compõem sua direção, o MRT foi contra a greve, apresentando hipócrita e abstratamente, em seu lugar um “plano de lutas”. Entre os estudantes, o POR fazia campanha pela greve unificada onde atua, e conseguiu, novamente, compor uma frente com independentes e a Amorcrusp em defesa da greve. A assembleia estudantil, dividida pela direção, que não queria greve, aprovou por apenas dois votos de vantagem. Mas seu início imediato, defendido pelo POR e independentes, perdeu para a proposta de começá-la no mesmo dia da dos professores, 29/05. Isso levou a que uma massa de estudantes, ao começar a greve, já estivesse em casa, fora da universidade. Mas a greve contava com o apoio passivo da grande maioria, visto que os piquetes, em alguns cursos foram apenas formais, não tiveram um movimento de fura-greves que os ameaçasse. O MRT, esquemática e equivocadamente, caracterizou a greve como de vanguarda, quando na verdade ela foi amplamente majoritária nos cursos, mas a falta de preparação e de atos de rua não levou a maioria apoiadora a se mobilizar.

O bloqueio imposto pela direção, com apoio de correntes “opositoras”

As deliberações das Assembleias Gerais de 05/06 e 14/06, propostas pela direção petista do DCE, serviram como um bloqueio à ação direta e unitária. Ao não aprovarem ato na Av. Paulista, defendido pelo POR, limitaram a greve ao interior da universidade. Ao não aprovarem as reivindicações concretas de permanência, mas apenas seu aspecto geral, inculcaram confusão no movimento e abriram caminho para negociar qualquer migalha com a reitoria. Ao anularem o comando de greve (a primeira reunião foi em 15/06), amordaçaram o movimento e evitaram sua expansão para os demais cursos.

A carta da reitoria, que respondia às reivindicações com promessas requeitadas e vazias, não pode ser defendida como a “vitória” do movimento. Os próprios militantes petistas passaram a apontar que era “muito limitada”. As correntes de oposição caracterizavam o acordo como ruim, mas não como vazio. Não faltaram nas falas das esquerdas os jargões da burocracia sindical vendilhona: “moeda de troca”, “barganha”, etc. estão incorporados às falas desses setores. No passado, os militantes classistas os rejeitavam por serem coisa de pelego.

“Negociação”?

Haveria uma nova negociação. Depois de fazer de bobos os dirigentes do DCE, marcando e desmarcando uma reunião de negociação no mesmo dia horas antes, a reitoria mandou o pró-reitor de graduação atender a comissão dos estudantes.

Na reunião, 28/06, os membros do DCE chegaram atrasados. No horário, apenas a Amorcrusp, com advogado e mais uma moradora, estavam no local e entraram. Apresentaram ao “leva e traz” do reitor uma série de documentos e toda a fundamentação para as reivindicações de permanência. O representante do reitor

apenas disse que encaminharia as demandas a Vahan Agopyan. E que responderia no dia 16 de julho, em plenas férias.

O piquete no prédio da FFLCH colocaram os professores reacionários (e “progressistas” também) em pé de guerra contra o movimento estudantil. Esse conflito se evidenciou quando um grupo de professores da Filosofia se reuniu para desmanchar, na calada da meia noite, o piquete em seu corredor de aulas. Postaram fotos suas e do corredor “limpo”. Os estudantes refizeram o piquete, e tiveram apoio dos funcionários, então em greve, que fizeram uma manifestação pelos corredores do prédio.

A diretora da unidade postou um vídeo, taxando os estudantes de nazistas (notem que ela é titular em ciências sociais). Professores buscaram estabelecer um canal de negociação com o comando de greve da filosofia, como isca para que fosse mordida e saíssem da greve estudantil.

Os professores mais reacionários (de direita e esquerda) elaboraram uma proposta de protocolo para retirada dos piquetes pela direção da unidade, a ser votado na Congregação, para dar um aspecto legal à violência autoritária. Um professor “de esquerda” propôs que fosse montado um Grupo de Trabalho paritário para elaborar esse mesmo protocolo. Direções estudantis e representantes discentes prontamente se dispuseram a participar desse golpe.

Enquanto isso, a possibilidade de negociação com a diretora esbarrava na sua condição de retirada prévia dos piquetes. Esbarrava circunstancialmente, porque a direção do CA de Ciências Sociais (PT), logo fez aprovar em assembleia o fim da greve e a remoção dos piquetes no curso. E foram em procissão à diretoria, que os recebeu com mais promessas requeitadas, como a do projeto do corredor das humanas, que já fede pelo tempo de decomposição.

Os comandos de greve e as assembleias dos cursos de Letras e Filosofia rejeitaram qualquer acordo antes da negociação geral com a reitoria das pautas unificadas.

A assembleia final

A direção do DCE já tinha proposto a assembleia a dois dias do fim de junho com o propósito de encerrar a greve. Descumpriu as deliberações de divulgação da greve aprovadas no comando e limitou-se a chegar atrasada na reunião de negociação com o representante da reitoria.

Nas falas, a maioria se dividiu entre a defesa do fim da greve e a de sua “suspensão”. A “suspensão” era a forma de defender o fim da greve de forma enrustida, e não ficar ao lado da direção do DCE na defesa da proposta. O argumento apresentado, de que se poderia “retomar” a greve em agosto, era falacioso. Serviu para iludir uma parte dos independentes, que viram nessa proposta um meio de continuar “depois” a greve. Se assim fosse, sincera-



As deliberações das Assembleias Gerais de 05/06 e 14/06, propostas pela direção petista do DCE, serviram como um bloqueio à ação direta e unitária. Ao não aprovarem ato na Av. Paulista, defendido pelo POR, limitaram a greve ao interior da universidade.

mente, teriam de apresentar à mesa o encaminhamento de que se votasse primeiro greve, sim ou não, e depois a sua continuidade. Mas aceitaram votar “suspensão” contra “manutenção” da greve. O principal argumento de ambas as propostas de fim de greve foi o das férias, que se iniciariam em poucos dias. Mas não faltaram os argumentos da Copa, de avanços pelo reconhecimento da reitoria quanto às necessidades estudantis e suas organizações, etc.

Nas defesas, o MRT e o TL se embocaram com o DCE para defender o fim da greve, apesar de criticar a direção. O MRT repetiu o discurso feito na assembleia de funcionários, de que a greve foi precipitada, que era necessário um plano de lutas, etc.

Apenas o POR e independentes se colocaram pela continuidade do movimento, chamando todos a não fazerem bloco com a direção petista, que, desde antes, durante e agora, trabalhou contra a greve. Chamou os que defenderam e trabalharam de fato pela construção da greve a defendê-la. Denunciou os que acusavam os estudantes de passividade por terem bloqueado os atos de rua. Mostrou como o corporativismo é nocivo à luta dos trabalhadores e estudantes.

A votação teve a maioria pelo fim da greve, uma parte pela suspensão (com votos duplicados nessas duas propostas) e apenas uma minoria pela manutenção. Essa minoria foi justamente aquela que não acatou a paralisia, montou uma frente de intervenção e divulgação da greve, recusou a negociação específica divisionista, teve atuação intercursos nos piquetes e debates. Ela precisa avançar como um pólo classista de ação na universidade, contrário às várias vertentes pequeno burguesas, reformistas e centristas. A retomada do movimento será construída em oposição às políticas colaboracionistas e oportunistas, construindo uma fração revolucionária. É por isso que o POR trabalhará.



No dia 26 de junho, estava marcado um ato do "Movimento Branco", em frente à Assembleia Legislativa de Pernambuco. Mas, os organizadores o desmarcaram diante da informação de que o Secretário de Saúde adiou a audiência pública agendada. Mesmo assim, estamos distribuindo o boletim da Corrente Proletária na Saúde em alguns hospitais em Recife.

Todo apoio à luta dos trabalhadores da saúde Em defesa dos salários e condições de trabalho! Unir as reivindicações com a luta mais geral contra os ataques de Temer! Pela retomada da greve geral!

Desde o ano passado, a precariedade da saúde pública em Pernambuco e a deterioração das condições de vida têm empurrado os trabalhadores para a luta. Técnicos e auxiliares de enfermagem, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais e outras categorias passaram a se juntar no "Movimento Branco", realizando plenárias nos hospitais, paralisações e atos em lugares públicos. Apesar do apoio de alguns médicos, a categoria não participa do movimento. Após uma greve corporativa de uma semana, em janeiro, os médicos tiveram reajustes e contratações. Mais do que isso, pesa a característica aristocrática dessa camada, vinculada sobretudo à burguesia e alta classe média e que, historicamente, não se mistura com as outras categorias da saúde, e ainda as subordina.

Denúncias

Os trabalhadores apontam que **não há condições mínimas de trabalho**, faltam de leitos e agulhas. Além disso, o **salário** para nível técnico é uma miséria, apenas **R\$ 774,82**. Para os profissionais com ensino superior, é de **R\$ 1.624,67**, ainda muito abaixo das necessidades mínimas de uma família trabalhadora. O movimento denuncia que são 13 anos sem reajuste salarial. O **endividamento** acaba sendo inevitável, levando os trabalhadores a ficarem no sufoco, reféns dos empréstimos consignados e cheque especial. Sobre os tipos de contratação, aqueles que são efetivos sofrem com a **sobrecarga**. Aprovados em concurso não são convocados. Entre os psicólogos, por exemplo, desde 2014, não há nenhuma nova nomeação para as cidades do interior. Outro problema são os vínculos precários. Grande parcela dos trabalhadores são **terceirizados**. Os horistas e os plantões servem para cobrir os buracos com o pessoal, ampliar as jornadas e complementar os baixos salários. No Hospital Getúlio Vargas, por exemplo, quase um terço dos cerca de 3 mil empregados são terceirizados.

Os **hospitais estão abarrotados**. Reformas anunciadas, como a duplicação da emergência do Getúlio Vargas, com mais 50 leitos, não foram concluídas, apesar do prazo de conclusão ser 2014. Corredores se tornaram espaços oficiais para despejar os pacientes. Suas emergências operam, às vezes, com o triplo da capacidade. Idosos sofrem a violência de estar em uma maca desconfortável, praticamente sem colchão. Tal realidade impede um atendimento hospitalar digno, levando à morte pacientes que, em outras condições, poderiam sobreviver.

Retomar a democracia no sindicato

Os trabalhadores da saúde não identificam no sindicato uma direção que impulse a unidade e os faça confiar em suas próprias forças. O sindicato está filiado à CUT, porém, nem mesmo para os atos nacionais há assembleias, para que os trabalhadores se vinculem com outras categorias. Refletindo bem que esses cha-

mados das centrais são apenas da boca para fora. Em vez de luta, a direção, cujo mandato vai até 2019, favorece o distracionismo, com viagens turísticas para pequenos grupos, sorteios e brindes.

Sobre as reivindicações, vez ou outra há algum informe sobre ações jurídicas e negociações. Porém, sem mobilização organizada e coletiva da categoria, tais medidas só servem para a direção parecer que está fazendo alguma coisa. Não muda em nada em relação aos grandes problemas das categorias da saúde. Integrantes do movimento denunciam que a direção do sindicato, além de não organizar a luta, ainda barra a filiação dos oposicionistas. Isto é grave. **É urgente organizar a categoria para retomar o sindicato e fazê-lo funcionar por meio da democracia operária, com a soberania das assembleias.**

Ataques não se restringem à saúde de Pernambuco

É preciso situar as reivindicações do "Movimento Branco" no atual momento de crise política e econômica no Brasil. Ante a crise econômica mundial e seus impactos no Brasil, o imperialismo e o grande capital monopolista aumentam sua ofensiva contra os países semicoloniais e os trabalhadores. **A tendência é de aprofundamento do ajuste fiscal, das privatizações e destruição de antigas conquistas sociais.** Todas as mazelas relatadas até aqui só tendem a ser agravadas com a vigência da Lei da Terceirização, Reforma Trabalhista e Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC95).

O governo golpista, a mando do imperialismo, congelou os gastos sociais por 20 anos. Imaginemos como ficará a saúde com o atual orçamento congelado em um contexto em que os trabalhadores sofrem com o desemprego e os aposentados terão rendimentos ainda menores. Imaginemos o impacto da destruição da CLT e o fim de qualquer limite às terceirizações. Imaginemos o aprofundamento da privatização. Tudo isso já está acontecendo e a tendência de qualquer governo eleito é de manter e aprofundar essas medidas.

Unidade em torno das reivindicações

O que fazer? Se resignar? Viver na miséria e na instabilidade? **Nós, do Partido Operário Revolucionário, defendemos que é preciso reagir. Para isso, é preciso uma política classista, oposta à política burguesa. Criar uma fração revolucionária no interior do movimento.** É necessário aplicar ao movimento da saúde a **tática frentista**. Unir os explorados e oprimidos partindo de suas reivindicações. Mas, é preciso identificar as tendências das classes dominantes. Aprender com as vitórias e derrotas do movimento operário nacional e internacional.

O momento exige unir as reivindicações da saúde, centralizar as forças contra o governo de Paulo Câmara. Mas, é preciso estar atento, pois, em ano eleitoral, o movimento pode ser arrasado pelas disputas interburguesas ou pelo caminho ilusório do

reformismo pequeno-burguês. A podridão da política burguesa mostra que não será pela via das eleições que as reivindicações serão atendidas. Se os próximos cinco presidentes governarão sob a amarra da EC 95, imagine qual o alcance de um parlamentar eleito pelo movimento.

O que é necessário é fortalecer o movimento, compreender profundamente nossa realidade local e seus vínculos com o momento de crise no país e no mundo. Adotar o **método da ação direta**, realizar greves, bloqueios de ruas, avenidas e rodovias, marchas e ocupações. É preciso **vincular a luta atual pelos salários e condições de trabalho com a bandeira de revogação da lei da terceirização, da reforma trabalhista e da EC 95**.

Ante a sobrecarga e precariedade, exigir a contratação de todos concursados, defender a efetivação dos terceirizados. Ergamos a defesa de **trabalho igual, salários e direitos iguais**. Mais do que isso, devemos defender a **escala móvel das horas de trabalho**, que significa a divisão das horas disponíveis a todos aptos ao trabalho. Exijamos o **salário mínimo vital**, suficiente para uma família de quatro pessoas, calculado pelas assembleias de trabalhadores.

Respondamos à privatização e desnacionalização com a defesa de um único sistema de saúde, público gratuito e sob controle operário! Pela estatização sem indenização do sistema privado.

O governo e os capitalistas certamente dirão que isso é impossível. Porém, **o que é possível ou impossível depende da**

O que é necessário é fortalecer o movimento, compreender profundamente nossa realidade local e seus vínculos com o momento de crise no país e no mundo. Adotar o método da ação direta, realizar greves, bloqueios de ruas, avenidas e rodovias, marchas e ocupações.

correlação de forças. O que devemos dizer em uma só voz é que **impossível é viver com R\$ 774,82 por mês e trabalhar sem a mínima condição**.

São várias as lutas que ocorrem em Pernambuco. Professores, camponeses, estudantes, rodoviários, petroleiros. Temos a semente da unidade em nossas reivindicações comuns. Que possamos criar **comitês de luta nos locais de estudo, moradia e trabalho**. Desde já, preparemos a retomada da greve geral que, em 28 de abril de 2017, mostrou a disposição de luta dos trabalhadores.

MAIS SANGRAMENTO À SAÚDE PÚBLICA

O governo Temer, diante da greve dos caminhoneiros que paralisou o País, assumiu cobrir os custos da redução do preço do diesel. Para compensar o subsídio de R\$ 9,6 bilhões, o governo não pestanejou, arrancou dinheiro que seria destinado à saúde e a outras áreas sociais (educação, moradia). A perda do SUS (Sistema Único de Saúde) será de R\$ 135 milhões. Trata-se de uma medida que vem sangrar ainda mais o débil sistema de saúde. A situação dos hospitais e postos de saúde públicos é calamitosa. Falta tudo: médicos, enfermeiros, atendentes, leitos, remédios, materiais de limpeza, etc. A vigilância sanitária não tem como dar atendimento à população pobre, que padece de dengue, febre amarela e toda sorte de doenças contagiosas.

A medida de Temer, de arrancar milhões da saúde, visou ao atendimento do pleito, principalmente das transportadoras, que comandaram a greve dos caminhoneiros. Ao lado disso, vem a imposição da PEC do Teto (Emenda 95/2016), que definiu que o teto de gastos em saúde, a partir de 2018, corresponde ao valor de 15% da Receita Corrente Líquida de 2017, corrigido pela variação anual da inflação. Essa terrível regra, que deixará a saúde à mingua, valerá por 20 anos. Hoje, se aplica os miseráveis 3,9% do PIB. Daqui a 20 anos, como prevê a Emenda 95, se aplicará, segundo as estimativas, no máximo 3% do PIB.

Não é de hoje que o SUS vem sendo precarizado e terceirizado. Faz parte da política de Temer reduzir ao máximo o SUS. Não por acaso, em seu programa de governo, constava a criação de um plano de saúde privada, chamado de Plano de Saúde Acessível. Porém, não ganhou força por conta da crise econômica e do avanço da crise política, apesar do governo ter constituído uma comissão para viabilizar tal plano. Como se vê, é parte da política do governo privatizar a saúde pública.

Mas, o problema não se limita ao sucateamento do SUS. O Programa Farmácia Popular, criado em 2004, pelo governo Lula, que fornece gratuitamente alguns remédios de uso contínuo, como para hipertensão, diabetes, etc., foi sendo alterado. Hoje, 20 milhões de pessoas dependem desses remédios, mas já não dispõem de toda a medicação, porque as redes de grandes farmácias conveniadas ditam as listas de remédios gratuitos. Isso no momento em que os postos de saúde estão desfalcados.

É nessas condições de precarização assombrosa da saúde pública que Temer novamente retira milhões de reais para subsidiar o custo do combustível. Portanto, descarrega o custo sobre a população pobre, que depende de hospitais, postos de saúde e remédios gratuitos. A luta contra a privatização do SUS e a precarização de suas condições implica a defesa de um único sistema de saúde, inteiramente gratuito. Um combate à saúde privada por meio da estatização de toda rede particular de saúde, sob o controle da classe operária. No entanto, as direções sindicais admitem a coexistência da saúde pública com a privada. Querem unicamente disciplinar a exploração por parte dos planos de saúde, hospitais, etc. E se limitam a denunciar o sucateamento do SUS, sem travar uma dura batalha contra as medidas da ditadura civil de Temer. Ou fazem “pressão” no parlamento, como fez a senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, que, diante da retirada de R\$ 135 milhões da saúde, entrou com um pedido de CPI para avaliar a política de cortes de recursos de setores essenciais. Esse caminho é o da derrota, é o do avanço da privatização. A luta em defesa da saúde pública é nas ruas e com os métodos próprios da classe operária, que são as greves, ocupações e manifestações massivas e nacionais.

O processo da desnacionalização das terras na legislação burguesa

No jornal Massas 567, mostramos o percurso geral da desnacionalização das terras no Brasil, na última década. Mostramos, agora, como a formação histórica da estrutura agrária se refletiu na estrutura legal e jurídica do Estado burguês. As mudanças que aqui destacamos – com avanços e retrocessos – mostram como são as leis econômicas que determinam e condicionam a legislação burguesa.

O latifúndio: herança colonial

No processo da passagem da colônia a semicolônia, a Lei de Terras (1850) converteu a propriedade da terra em mercadoria. A oligarquia latifundiária – herdeira das sesmarias – apropriou-se das mais extensas e melhores terras. Aos camponeses, restou-lhes se deslocar para as áreas agrícolas menos produtivas e férteis.

Ao lado da estrutura latifundiária vinda do regime colonial, formou-se uma vasta rede de minifúndios e de pequenas produções, marcada pelo atraso, miséria e baixa produtividade. Condição essa que bloquearia a transformação dos escravos libertos e dos camponeses pobres médios proprietários e grande burguesia agrária. Essa estrutura se manteve praticamente intocada durante décadas.

Ditadura militar: marco da desnacionalização

Em 1968, observa-se a formação dos primeiros conglomerados agrícolas nacionais dedicados à exploração de recursos naturais e matérias-primas em grande escala, voltados ao mercado externo. Observa-se também a compra de terras e explorações agrícolas pelos capitais estrangeiros. Esse processo, porém, seria parcialmente limitado pela ditadura.

Será aprovado o Ato Complementar nº 45 (regulamentado pelo Decreto-Lei nº 49), que restringiu a aquisição de propriedades rurais aos brasileiros e estrangeiros, que contassem com “permanên-

A maciça penetração monopolista na produção agroindustrial criava condições para que as matérias-primas passassem a produtos acionários, como ativos financeiros de especulação nas bolsas de valores. De forma que a desnacionalização da produção agroindustrial e das terras refletiu o processo econômico mundial.

cia definitiva” no país. Já em 1970, a tendência dos monopólios imperialistas de estenderem seu controle na produção agrícola se avolumou. Situação essa que exigiu uma mudança na legislação e nas políticas agrárias da ditadura.

O governo dos generais passará a facilitar a desnacionalização de terras, tidas como “necessárias” para o desenvolvimento de projetos produtivos ao país, sob a demagogia de que velassem “*pelo interesse da economia nacional*” (Artigo 1º, Decreto-Lei n. 11.924, de 1969). Dois anos mais tarde, se aprovará a Lei nº 5.709, que favorecerá a aquisição de imóveis rurais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras sem “permanência definitiva”. Finalmente, com o Decreto-Lei nº 49, se permitirá a regularização de terras adquiridas “irregularmente” antes de 1969 e a compra pelo capital estrangeiro de até 25% da superfície de um município. Nota-se

que progressivamente se vai abrindo o território nacional à penetração do capital imperialista no campo.

“Neoliberalismo”: nova ofensiva monopolista

Na década de 1990, o governo pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso (FHC) alterará as disposições legais herdadas da ditadura. A maciça penetração monopolista na produção agroindustrial criava condições para que as matérias-primas passassem a produtos acionários, como ativos financeiros de especulação nas bolsas de valores. De forma que a desnacionalização da produção agroindustrial e das terras refletiu o processo econômico mundial.

Alteraram-se pela via dos decretos presidenciais os limites de aquisição de terras por estrangeiros, uma vez que, segundo o Art.3, § 3º, da Lei nº 5.709, “*O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá aumentar o limite fixado neste artigo*”. Ainda sob o governo FHC, se aprovará a Emenda Constitucional nº 06, que revogou o Artigo 171 da Constituição Federal (1988), apagando a distinção entre “pessoa jurídica” nacional e estrangeira.

Nacional-reformismo:

No governo de Lula, iniciava-se um novo ciclo político. O avanço da luta das massas e a desagregação dos partidos oligárquicos impulsionaram a ascensão do PT ao comando do Estado. Os explorados, iludidos, acreditavam que finalmente se mudaria a economia, particularmente a estrutura agrária. Mas, Lula as deixou intocadas e fez de tudo para abortar a luta camponesa.

Lula teve a seu favor uma alta da economia mundial, que lhe deu margem para outorgar algumas concessões aos camponeses, a exemplo de limitadas desapropriações (com indenização) e a legalização de assentamentos. Retoma as disposições legais que limitavam o acesso à terra por estrangeiros. O fundamental, no entanto, está em que, ao assumir a presidência, aliado a frações da oligarquia, o PT teve de defender e assegurar seus interesses mais gerais.

O percurso dessa submissão aos latifundiários e monopólios teve seu reflexo na legislação. Em 2004, aprovam-se as Leis nº 10.925 e 11.051, que beneficiam, com isenções, reduções de tarifas e subsídios, a produção agroindustrial. Os agropecuaristas foram beneficiados com a redução do PIS/Cofins. Em 2013, se aprovou a Lei nº 13.001, que retira a tutela estatal das terras fiscais ocupadas ilegalmente, permitindo a sua privatização pela via da titulação. Em 2015, Dilma Rousseff fez aprovar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba-PDAM (Decreto nº 8447). Dois anos depois, em 2017, Temer promulgou a Lei 13.465, que abriu as portas à exploração de gigantescas extensões de terras fiscais e de reservas naturais na Amazônia e no Cerrado, favorecendo o financeiro imperialistas.

Golpe de estado e desnacionalizações

O agravamento da crise capitalista mundial empurrou o impe-

rialismo a exigir que os governos se curvassem ainda mais aos seus ditames. Nessas condições, a permanência do governo nacional-reformista de Dilma passou a constituir um entrave para aplicar as medidas antinacionais antipopulares, no ritmo e forma exigidos.

O golpe de Estado constituiu, assim, um novo marco do processo de desnacionalização. Em janeiro de 2017, o governo golpista de Temer anunciou sua intenção de “liberar” os investimentos estrangeiros para aquisição de terras. Segundo o ministro Meirelles, o país precisava “de crescimento e de investimento” e o agronegócio foi “a área que mais cresceu em janeiro”. De maneira que será revogada a Lei nº 5.709, permitindo a compra ou “arrendamento” de imóvel rural por pessoas estrangeiras em todo o território nacional, sem nenhum limite de hectares.

Em julho de 2017, aprovou-se o Decreto 9.142, favorecendo aos monopólios os “registros imobiliários” de “alienações” e “concessões” de terras públicas situadas na “fronteira agrícola”. Também se aprovou a Lei nº 13.465, que regulariza os títulos de ocupações “ilegais” em até 2.500 hectares. Reconhece-se ainda o desmatamento como “prova de ocupação”, flexibiliza-se a regularização de loteamentos urbanos e de condomínios fechados “irregulares”, extinguem-se os “critérios jurídicos” que indicavam o “interesse social” como prioridade para a titulação e investimento em obras de infraestrutura e colocam-se as terras dos assentamentos fora das políticas públicas, eximindo o Estado de garantir seu sustento. Ainda no mesmo mês, será aprovada a MP nº 793, que anula as dívidas de 5,4 bilhões do agronegócio com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR) e reduz de 2,1% para 1,2% a alíquota de contribuição ao FunRural.

O que não excluiu choques com latifundiários e o imperialismo. É o que aconteceu quando foi vetado o projeto que abolia a qualificação de “trabalho escravo” e o que liberava à mineração a Renca (uma reserva de 46mil km², criada em 1984 e rica em minérios de ouro, ferro e cobre, composta de sete unidades de conservação ambiental e duas terras indígenas).

Em compensação ao recuo, Temer ofereceu uma mudança nas regras de demarcação de terras indígenas e quilombolas. E regularizou as terras adquiridas a um preço inferior aos praticados no mercado (favorecendo os latifundiários), suprimiu a regulamentação ambiental, liberou o uso de inseticidas e reduziu o orçamento do Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Recentemente, a comissão especial da Câmara dos Deputados, que analisou o Projeto de Lei 6299/02, que trata do registro, fiscalização e controle dos agrotóxicos no país, aprovou o parecer do relator, Luiz Nishimori (PR-PR), flexibilizando o uso de agrotóxicos cancerígenos (grande parte proibidos nos EUA, União Europeia, etc.).



Conclusões

A concentração e monopolização da produção e circulação das mercadorias é uma lei geral do capitalismo. Impôs-se em todas as conjunturas econômicas, formas de governo e mudanças políticas no seio do Estado burguês. As medidas legais não criam as condições econômicas. São essas, pelo contrário, que obrigam a burguesia a ajustar as normas e disposições legais à realidade. Na base da economia do Brasil, impera o capital monopolista e imperialista.

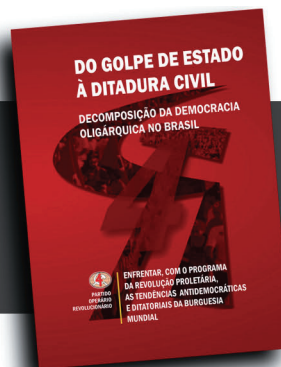
Os conjunturais recuos em favor de “limitar” a propriedade de terras por estrangeiros apenas indicaram que essa lei geral tem que se ajustar e adaptar às particularidades nacionais. De um lado, à resistência de frações oligárquicas latifundiárias que lutam por manter sua base econômica como fração da classe dominante - o monopólio latifundiário da terra. De outro, pela necessidade de equacionar e desviar a luta dos camponeses pobres e sem terra.

Isso explica por que as direções do movimento dos sem-terra (MST etc.) fracassam em sua política parlamentarista de frear as leis da concentração e desnacionalização das terras e produções agrícolas por meio de reformas legais e votando em tal ou qual candidato “democrático e popular. Perpetua-se, por essa via, a existência de 4 milhões de famílias camponesas sem terra, em um território com 66 mil latifúndios “improdutivos”, controlando 175 milhões de hectares.

As tarefas democráticas de nacionalização da terra, expropriação dos latifúndios e entrega aos camponeses estão objetivamente mais do que maduras. Entrelaçam-se com a tarefa histórica de independência nacional. Fazem parte das transformações socialistas, da revolução e ditadura proletárias. Não há outra via para tirar os camponeses do atraso e da miséria. Não há outra via de romper com o domínio imperialista sobre o Brasil semicolonial. Há que se constituir uma direção revolucionária que permita colocar os pobres do campo sob a direção do proletariado.

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL

DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

Bicentenário do nascimento de Karl Marx e falsificações da academia

No dia 12/06, o grupo de Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR – realizou uma palestra de cunho academicista sobre o bicentenário do nascimento de Karl Marx, no Campus de Porto Velho, através da profª. Marilsa Miranda, do departamento de educação da Unir. A professora é militante da corrente política maoísta dentro da Universidade, tinha como temática “De Marx ao Marxismo”. A palestra teve início às 19hs, se resumiu a leituras de textos em slides acerca do assunto proposto, assim, ficou muito extensa. O tempo para o debate e intervenções ficou sacrificado. O público presente era um pouco de alunos do direito, pedagogia, filosofia e bolsistas, do grupo promovedor da palestra.

Na explanação, foram evidenciadas as posições estalinistas na luta de classe mundial, afirmando nas diversas denominações de marxismos mundialmente, principalmente na academia que detratam a política do proletariado, Marx foi causalidade e necessidade histórica nas formulações da luta de classe, que Stalin realizou na Rússia a Ditadura do Proletariado. Afirmou também que o Brasil é um país semicolonial e semifeudal, por ter a maioria de suas terras nas mãos do latifúndio enfim, toda a América Latina. E, por fim, encerra dizendo que o socialismo acabou em 1956, com a morte de Stalin.

No decorrer do debate, foi questionada sobre a polêmica acerca das posições de Trotsky, discorreu dizendo que ele foi importante na revolução, quando se aproximou do bolchevismo, usou a expressão de que “o bolo já estava pronto”.

Como porta-voz do marxismo academicista, a militante maoísta limitou-se às mais variadas falsificações em torno dos fatos que envolveram a luta bolchevique e, como não poderia ser diferente, exaltou Stalin e suas ações e, em ziguezagues teóricos, tentou, perante os acadêmicos e professores presentes, restabelecer a imagem do “Coba” frente à construção do socialismo na antiga União Soviética. Esconde, assim, a sua política de defesa da coexistência pacífica e da construção do socialismo em um só país, negação do internacionalismo proletário. Sem argumentos para sustentar

um debate, repetiu ideias vazias de sentido revolucionário, e ressaltou que Stalin não é o que dizem por aí, sem especificar o que é que dizem, justificando que são os Estados Unidos quem fazem essa divulgação, como se esse país ou qualquer outro país, quer seja imperialista ou semicolonial, possa defender o socialismo de qualquer nuance.

Não sabe a professora que é impossível anular e esconder em definitivo a objetividade dos fatos históricos, que tem atores e que os atores têm nomes e têm testemunhos. As atrocidades praticadas por Stalin e seus arautos no interior da luta pela construção do Partido Mundial da Revolução Socialista são apontadas por grandes lutadores no interior da vanguarda do partido bolchevique, inclusive pela própria companheira de Lenin, Krupskaya. Não vamos esperar que algum governo capitalista, quer seja, do país imperialista, quer seja do país semicolonial, possa defender a construção do socialismo, o que significaria defender a sua própria queda.

Para pontuar as falsificações, a palestrante fala, ainda, como fazem de costume os stalinistas – falsificam a história, também sobre a posição de Trotsky, ao dizer que ele foi contra a coletivização. Só que ela obscurece que, tanto Trotsky quanto Lênin, foram contra a coletivização forçada que Stalin fazia na Rússia, pois essa ação fugia das deliberações advindas das conquistas da revolução social, não detalha que os mais importantes bolchevistas entre eles Lenin e Trotsky foram contra a coletivização forçada das terras dos camponeses pobres, até que a educação socialista desse conta dessa compreensão entre os camponeses acerca dessa bandeira socialista. Ainda sobre as falsificações, caracteriza o Brasil e demais países da América Latina como semicolonial e semifeudal, como se, na atualidade, ainda coubesse lugar para a revolução burguesa, com o fim de romper com resquícios do feudalismo.

A corrente Proletária da Educação/POR entrevistou no evento através de manifestos sobre a data do nascimento de Marx. Não entrevistou no debate, pelo fato de ser burocratizado, amarrado pela legalidade de inscrições para o evento, que tinha a finalidade de certificar os participantes para atender à burocracia acadêmica.

Intervencionismo do Supremo Tribunal Federal (STF)

É reconhecido pelos próprios porta-vozes da burguesia que o STF ganhou uma projeção desconhecida até então. Fala-se em ativismo político dos seus ministros. Essa nova característica do terceiro poder do Estado lhe tem permitido legislar. O que mais assombra certos setores da política burguesa é que o STF invade a competência do Congresso Nacional. É-lhes preocupante o enfraquecimento do legislativo e do próprio executivo. A tradição oligárquica é de uma centralização autoritária que emana do executivo. O legislativo tem de estar subordinado às diretrizes do presidente da República de plantão, seja ele eleito ou outorgado por um golpe de Estado. O judiciário, por sua vez, tem de se subordinar tanto ao executivo, quanto ao legislativo.

Essa tradição tem sofrido alterações, no entanto, sem banir

a sua base oligárquica. Tudo indica que o marco da projeção do STF se encontra no processo do “mensalão”. Isso por que tomou em suas mãos a decisão política de cassar as principais lideranças do PT. Não por acaso, o ministro Joaquim Barbosa ficou tão famoso que, ao se aposentar, chegou a lançar seu nome a pré-candidatura presidencial pelo PSB. Esse gesto indicou a crença de que o País estava diante de um homem probo, uma vez que não se conhece outra qualidade manejada pela imprensa monopolista. Pelo visto, a honestidade se tornou a principal moeda da política burguesa, tal rara que é. Ocorre que os ministros do STF têm suas vidas privadas completamente herméticas. Tudo fazem para manter seus privilégios de casta.

No dia 21 de junho, a presidente do STF, Carmem Lúcia, decidiu arquivar as denúncias da JBS, apresentadas em 4 de

setembro de 2017 pelo procurador-geral Rodrigo Janot, contra alguns de seus ministros, entre eles Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e ela própria. Não se deu a conhecer, como se tem feito com os vazamentos, principalmente quando se trata do PT, o conteúdo das delações dos executivos da JBS. A imprensa foi extremamente comedida em seus comentários tanto sobre o processo quanto ao arquivamento. Esse acontecimento deve ser muito bem assinalado, porque desmistifica a aura de santidade e castidade do STF. Demonstra que não há como ir às raízes da corrupção no seio do Estado.

Se o marco da projeção política do STF se encontra no processo do “mensalão”, o seu desenvolvimento está na criação da Operação Lava Jato, março de 2014. Em outras palavras, a Lava Jato dá sequência às investigações e julgamentos do “mensalão”. A possibilidade de investigar amplamente as ligações dos partidos com determinados setores do poder econômico, em grande medida com as estatais, conferiu poderes até então inimagináveis para a Polícia Federal, Ministério Público e o Judiciário.

A corrida desses poderes para mostrar à população seu “trabalho” de saneamento da corrupção acabou por gerar fortes atritos internos. A Polícia Federal se arvorou a adentrar na seara do Ministério Público, valendo-se das delações premiadas. Delegados e juízes federais passaram a ter politicamente em suas mãos um inflamável material fornecido por influentes implicados na rede de corrupção. Isso levou à disputa com o Ministério Público pelo direito legal da Polícia Federal de fechar acordos de delação premiada, sem a autorização dos demais poderes. A pendência foi parar no STF, que acabou dando causa à Polícia Federal.

O resultado foi tomado como uma derrota dos procuradores. Ao mesmo tempo, o STF acatou as ações apresentadas pela OAB e pelo PT contra a condução coercitiva. Esse instrumento foi de grande valia ao juiz Sérgio Moro e aos delegados federais para obter as delações premiadas, principalmente na fase de investigação concentrada em dirigentes do PT. Daqui para frente, terão de recorrer à prisão temporária, de emprego bem mais limitado que a condução coercitiva. Certamente, essa decisão foi tida como uma derrota dos agentes da Operação Lava Jato. Com esse jogo entre os poderes, o STF procura manter a centralização política do Ministério Público e da Polícia Federal.

A decisão sobre a restrição ao “foro privilegiado” dos parlamentares consistiu em um ato legislativo do STF. Conservou-se o foro apenas nos casos de crimes vinculados à função do cargo e ao período do mandato. Como se tratou de uma regulamentação restritiva, o Congresso Nacional não viu uma ameaça a esse dispositivo. O problema está em que o STF manteve o foro a si próprio e aos poderes executivos. O mecanismo da democracia burguesa de proteger os mandatos eletivos (parlamentar e executivo), efetivamente, tem servido para blindar todo tipo de crime cometido por parlamentares e governos. Não houve caso de corrupção tão escandaloso como o de Temer. Os de Lula ficaram esmaecidos, ao lado dos de Temer. A extensão do “foro privilegiado” a autoridades não eleitas, como os ministros do

STF, desembargadores, etc., é uma excrescência da democracia oligárquica.

Observa-se que a corrupção e seus desdobramentos políticos ocuparam o centro da situação política. O fato do STF, do Ministério Público e da Polícia Federal conduzir processos e prisões de altas figuras da República e o de ter em seu poder uma extensa lista de parlamentares denunciados vem provocando um desequilíbrio entre poderes. O que se converte em crise política. Sem dúvida, a prisão de Lula, sem que houvesse uma poderosa resistência dos explorados, que depositaram confiança no caudilho petista, compareceu e comparece como um feito de grandes proporções. A burguesia a reconheceu como resultado do fortalecimento do judiciário. Armou-se, portanto, a farsa de que houve uma vitória da justiça e da moralidade contra a corrupção. Alimentou-se, também, a ilusão de que poderosos empresários podem ser presos. Sobre essa impostura, arquitetou-se a propaganda burguesa de que “ninguém está acima da lei” e que a “justiça é para todos”.

A corrupção colocada como centro da crise política não passa de uma bastarda de formação. Oculta que a crise econômica determinou a desintegração do governo petista e a impossibilidade de reorganização de um novo governo estável e sólido nascido do golpe de Estado. Crise econômica que se instalou como parte da crise mundial do capitalismo. É necessário reconhecer que o PT e seu caudilho Lula chegaram ao poder do Estado em função da crise econômica e política que quebrou o governo de transição de José Sarney, varreu prematuramente o governo de Collor e espatifou o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso. Está aí o fundamento da crise

estrutural que tem condicionado as crises políticas.

O proletariado e sua vanguarda não podem se prender ao fantasma da corrupção como sendo o mais real e o mais importante problema do País. Essa é uma criação ideológica da burguesia e de seu aparato estatal. A corrupção tão somente expressa a decomposição das relações econômicas e políticas do capitalismo. Será varrida por meio da revolução proletária. É fundamental entender as disputas interburguesas que se proliferam na forma de conflitos entre os poderes do Estado. Os partidos da burguesia e a imprensa monopolista os utilizam para engrandecer um de seus aparatos mais reacionários, que é o STF. E, com ele, o Ministério Público e a Polícia Federal. Na realidade, fazem parte das relações burguesas de dominação sobre a maioria explorada. Também serão varridos pelo proletariado em luta pelo seu próprio poder.

(...) a prisão de Lula, sem que houvesse uma poderosa resistência dos explorados, que depositaram confiança no caudilho petista, compareceu e comparece como um feito de grandes proporções. A burguesia a reconheceu como resultado do fortalecimento do judiciário. Armou-se, portanto, a farsa de que houve uma vitória da justiça e da moralidade contra a corrupção.



Revés de Lula

A defesa de Lula continua a se bater nos tribunais para reverter a sua prisão, que perfaz 80 dias. O ministro Edson Fachin negou a admissibilidade do recurso extraordinário, que possibilitava à Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidir sobre o pedido medidas cautelares de efeito suspensivo da prisão do petista, efetuada pelo TRF-4. Dois meses antes, os advogados entraram com um recurso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) contra a condenação de Lula a 12 anos e 1 mês. E solicitaram a transferência do caso para o STF, que julgaria o recurso extraordinário e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que responderia ao recurso especial. Quando estava para entrar na pauta da Segunda Turma do STF, a desembargadora Maria de Fátima Freitas Labarrère correu a desengavetar o recurso e decidiu pela negação da possibilidade dele ir para o Supremo. Baseado nesse parecer, Edson Fachin baixou sua decisão.

Lembremos que o TRF-4 não apenas confirmou a condenação do ex-presidente como aumentou o tempo de prisão, por unanimidade. Está claro que a desembargadora agiu imediatamente, quando viu que o memorial da defesa de Lula indicava a possibilidade da Segunda Turma avaliar a situação do petista. Ventilava a suposição de uma solução, que seria a prisão domiciliar. O que contrariava a disposição do juiz Sérgio Moro e do TRF-4 de manter Lula no confinamento da Superintendência da Polícia Federal de Curitiba. É conhecida a posição do ministro Fachin, favorável à condenação. A corrida da desembargadora facilitou a negação de Fachin, que poderia estar em minoria em uma decisão da Segunda Turma. Dias antes, foi derrotado no julgamento da presidente do PT, Gleisi Hoffmann.

Esse trâmite expôs o jogo de influência política no judiciário. O ministro Marco Aurélio Mello insiste que a condenação de Lula em Segunda Instância (TRF-4) é inconstitucional. Em dezembro de 2017, havia colocado a questão para ser discutida e decidida no STF. O Tribunal estava e está dividido quanto à legalidade da Segunda Instância decidir pela prisão, quando está previsto na Constituição o mecanismo do “trânsito em julgado”, favorável à defesa do réu. O ministro Marco Aurélio tem feito a grave denún-

cia de que o STF violou a Constituição ao permitir a prisão que impede o réu de continuar com sua defesa em liberdade. Acusa a presidente do STF, Cármen Lúcia, de bloquear o pedido de discussão e decisão sobre a inconstitucionalidade da prisão em Segunda Instância. Tudo indica que, com a revisão do voto do ministro Gilmar Mendes, está colocada a possibilidade de uma mudança da decisão anterior. Como implicava e implica a prisão de Lula, Cármen Lúcia engavetou o pedido de Marco Aurélio. A pendência reapareceu na Segunda Turma diante do recurso extraordinário da defesa do ex-presidente.

O entrosamento entre a desembargadora Maria de Fátima e Fachin para impedir o trâmite da ação de Lula foi escandaloso. A defesa do petista recorreu contra a decisão. Fachin, então, encaminhou ao plenário do STF. Mas pediu um parecer da Procuradoria-Geral. Essa manobra visa a protelar a discussão no plenário. Tudo indica que somente em agosto o caso será retomado. Em setembro, está previsto o depoimento de Lula referente ao processo do sítio de Atibaia. Observa-se, assim, o jogo que se realiza nas entranhas do judiciário, em que impera, pelo menos por enquanto, a posição de manter Lula na prisão e seus direitos políticos cassados.

A libertação de Lula potencializaria sua candidatura e aprofundaria o precipício da crise política. É o que a burguesia, em especial o capital financeiro, não admite. As disputas no judiciário expressam a rejeição da volta do PT ao poder do Estado. O golpe que derrubou o governo de Dilma Rousseff condicionou a prisão do caudilho Lula e a seu banimento político.

O fundamental está em que o PT e Lula não têm como recorrer à classe operária e demais explorados para se livrar dos grilhões da justiça burguesa. O alto índice eleitoral, conservado pelo ex-presidente, não muda uma palha na decisão das forças direitistas que protagonizaram o golpe de Estado. O empenho dos advogados de explorar o labirinto do judiciário e os atritos internos nos aparatos da repressão é o que restou. A conclusão é de que o PT e Lula se tornaram reféns da política burguesa. Não têm como fugir a essa condição, uma vez que traíram as ilusões dos explorados em suas promessas em transformar o País e a política dominante.

Corrupção sem fim Qual deve ser a resposta do proletariado?

Um dos principais homens da Polícia Federal no comando da Operação Lava Jato, Leandro Daiello Coimbra, declarou que somente o material apreendido por ele permite manter acesas as investigações por mais quatro ou cinco anos. A Operação Lava Jato se iniciou em março de 2014. Nesses quatro anos, evidenciou a rede de corrupção que envolve governos, parlamentares, burocratas estatais e empresários. A avaliação do ex-diretor geral da Polícia Federal, agora aposentado e empregado no escritório Warde Advogados, indica que a rede de corrupção é muito extensa.

De fato, não se colocou à luz do dia o lugar dos bancos e multinacionais no tráfico de influência, na compra de governos e parlamentares. O escândalo nas obras de trem e metrô em São Paulo acabou sendo abafado com os acordos de leniência entre o judiciário e as multinacionais (Siemens, Alstom, Daimler-Chrysler, etc.). Está em aberto ainda o processo sobre as obras do Rodoanel. O ministro Toffoli acaba de travar o processo contra o ex-Secretário

de Alckmin que roubava as merendas escolares (Fernando Capez). Dizem respeito à administração no estado de São Paulo pelo PSDB. O pré-candidato à presidência da República, Geraldo Alckmin, está metido nesse lamaçal. O presidente Temer teve de socorrer do Congresso Nacional para interromper as denúncias da Procuradoria-Geral da República. O PSDB, que dirige o mais importante estado da federação, e o PMDB, que comanda a União, após o golpe de Estado, não resistem a uma completa investigação de seus laços com o poder econômico e com as oligarquias locais. Está aí por que a famosa lista do ex-procurador Janot contém uma infinidade de políticos (parlamentares, governadores, prefeitos, ministros, ex-ministros, etc.). Seria preciso construir um presídio especial somente para a elite governante. É impensável, no entanto, levar até o fim as investigações da Operação Lava Jato. Necessariamente, tem de ser seletiva e apenas exemplificativa.

A corrupção é inerente ao capitalismo. Expressa o entrelaça-

mento entre as relações mercantis e a política burguesa. É absurda a ideia de saneamento, moralização e eliminação da corrupção. Ainda que essa constatação seja facilmente demonstrada, a bandeira de combate à corrupção não deixa de ser um instrumento da própria política burguesa. Via-de-regra, as crises políticas carregam na sua entranha as denúncias de corrupção e de malversação do dinheiro público. Nos momentos eleitorais, uma quadrilha de politiquinhos denuncia a adversária. Houve o momento em que se deu ares de seriedade à instalação de Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI). A esquerda, na quase totalidade, se utilizou dessa farsa para projetar sua política democratizante. Hoje, a CPI está desmoralizada, já que a experiência demonstrou que ladrão não investiga ladrão, ou seja, não investiga a si própria. Certamente, PSOL, PCdoB e o próprio PT não se desgarram das CPIs.

Tudo indica que não houve na história política do Brasil um momento tão marcado pelos choques interburgueses em torno da corrupção. Essa observação não desqualifica acontecimentos anteriores. Getúlio Vargas se suicidou em 1954, acusado de corrupção. O movimento que concluiu com o golpe militar de 1964 se utilizou de tais denúncias para arregimentar a classe média. Embora a ligação fosse estapafúrdia, a direita achou um meio de sintonizar corrupção com o comunismo. Esse exemplo é importante, porque mostra que geralmente é a direita burguesa que mais se vale das bandeiras de moralidade, ética e transparência. Agora mesmo, o pré-candidato Jair Bolsonaro, de tendência facitizante, é um dos maiores defensores da Operação Lava Jato e procura ser o representante de policiais, procuradores, desembargadores, juízes, etc.

O processo do “mensalão” contra o PT e a Operação Lava Jato, que teve também o PT como o centro das investigações, fortaleceram a Polícia Federal, o Ministério Público e, sobretudo, o judiciário, na figura do Supremo Tribunal Federal (STF). Os próprios analistas da burguesia reconhecem que o STF tem extraordinariamente legislado, portanto, adentrado nas funções legislativas. O aparato policial reuniu enormes poderes, tendo em suas mãos uma vasta gama de informação sobre as quadrilhas partidárias. Há uma clara intervenção política sobre o poder legislativo e, inclusive, no executivo. O que expressa a profunda decomposição da democracia oligárquica.

Há um limite para as investigações, denúncias públicas e prisões. É reconhecido no seio das forças burguesas que a Operação Lava Jato trouxe graves consequências econômicas. As empreiteiras envolvidas, se não faliram, reduziram enormemente sua capacidade. A JBS perdeu terreno por ser uma das maiores exportadoras de carne do mundo. Isso quanto ao aspecto econômico. Politicamente, os grandes partidos da ordem burguesa vêm sendo repudiados pela população. Discute-se a tese de que nunca houve uma “perda de representatividade” como hoje. Esse quadro adverso aos interesses gerais dos capitalistas e de seus partidos gerou divisões em torno de até onde pode ir a Operação Lava Jato e até onde o aparato judiciário e policial tem suas atribuições asseguradas para ampliar o leque de sua intervenção. É o que explica a animosidade entre os ministros do STF e entre os próprios aparatos estatais. Ao se digladiarem às vistas da população, expressam os choques internos no poder do Estado. O aprofundamento da crise política coloca para o poder econômico a necessidade de um disciplinamento.

A situação explosiva potenciada pelos escândalos sucessivos de corrupção evidencia que se trata de um fenômeno eminentemente burguês. De forma que as forças da burguesia somente podem encontrar soluções pontuais e conjunturais. Não se pode nem evidenciar, nem se aproximar de uma solução real, uma vez que a

corrupção é reflexo do capitalismo e de sua decomposição.

Têm importância particular os processos contra o PT no “mensalão” e no que se denominou “petrolão”. A prisão de Lula é a consequência mais sintomática da intervenção do aparato policial-judicial na vida política. E a mais devastadora para a existência do PT. As demais prisões – de empresários e políticos – têm um peso pontual e limitado. Somente na aparência o PT está judicialmente pagando pelos seus crimes. O correto é que teve de sofrer um processo político para que sofresse um processo judicial. Há um estreito vínculo entre o golpe de Estado que derrubou o seu governo e a prisão de Lula. O “mensalão” que resultou na prisão de um homem forte como José Dirceu – lembremos que estava cotado para ser o candidato que sucederia Lula – foi uma grande ação política contra o PT, que preparou o terreno para a Operação Lava Jato e, finalmente, para o golpe de Estado. Como dissemos, somente na aparência o processo judicial se sobrepõe ao processo político.

A classe operária e a maioria oprimida estiveram e sempre estarão à margem da corrupção, que se realiza nas entranhas do poder econômico e do Estado burguês. Seu lugar é de vítima que paga com os resultados das jogatinas, dos desperdícios e da roubalheira. As camadas altas da classe média são coniventes e via-de-regra se beneficiam. As suas demais camadas também são vítimas. A burguesia e seus partidos, em disputas no interior do Estado, acabam por se utilizar dos escândalos de corrupção para arrastar os explorados em geral por detrás dessa ou daquela fração que visa a ter o controle do poder. Não há, portanto, como fazer da corrupção um motivo de luta do proletariado. O que não quer dizer que não seja necessário denunciá-la e explicá-la como manifestação inerente ao capitalismo. A esquerda eleitoreira prima por comparecer como arauto da moralidade, das CPIs e das bandeiras de prisão aos corruptos.

É compreensível que a prisão de Lula tenha provocado uma grande polêmica e divisão entre as esquerdas. Isso por que a corrupção condicionou o acontecimento. De um lado, os defensores do caudilho, que procuraram apresentá-lo como isento de qualquer denúncia dos delatores e das apurações da Polícia Federal. De outro, aqueles que aplaudiram sua prisão, porque têm como política prender os corruptos. Essa confusão obscureceu a essência do problema. Lula foi confinado não por ser corrupto, mas por manter sua influência eleitoral sobre as massas e por ser indesejado pela burguesia. O poder econômico o utilizou quando foi necessário e o defenestrou quando se tornou imprestável. Tornou-se obrigatório a sua defesa perante as massas pelo motivo, único e exclusivo, de sua prisão resultar da ação arbitrária e antidemocrática de impedi-lo de concorrer às eleições presidenciais. O que em hipótese alguma o isenta da corrupção. Foi colocada concretamente a bandeira de que somente a classe operária, por meio de um tribunal popular, poderia julgar o caudilho e todos os crimes da burguesia.

É obrigatória a defesa da constituição de um tribunal popular nascido da luta da classe operária por suas reivindicações e programa. A explicação marxista de que a corrupção é inerente ao capitalismo, que não há solução nos seus marcos e que em torno dela se travam as disputas interburguesas pelo controle do poder do Estado permite elevar a consciência socialista dos explorados e impulsionar a sua independência de classe. A noção e o conteúdo do tribunal popular dão uma resposta revolucionária à decomposição da democracia burguesa e dos aparatos partidários. A tese de que somente o proletariado pode julgar e punir os crimes de classe da burguesia ampara toda e qualquer resposta à corrupção.

Nesta edição:

- **Bolivia:** Os governos reformistas já não dissimulam o pântano da corrupção em que estão imersos.
- **Argentina:** A greve do dia 25 foi imposta pelas bases.
- **Argentina:** Poderosa Greve Geral de 25 de junho
- **80 anos da IV Internacional:** Uma verdadeira conquista - Leon Trotsky.
- **História Partido Bolchevique:**
Capítulo 4: 1917 - Quarta parte (final)
Os bolcheviques conquistam as massas.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolivia

Os governos reformistas já não dissimulam o pântano da corrupção em que estão imersos

Estamos falando dos governos que se autoproclamam como anticapitalistas e militantes de uma nova forma de “socialismo”, que foi batizada de “socialismo do século XXI. Apesar de sua verborragia antiimperialista, negam a luta de classes e propõem a possibilidade de conviver com as transnacionais imperialistas, convertidas em “sócias”, nos marcos de uma relação idílica de solidariedade, de reciprocidade e de complementaridade. Esses governos desenvolvem uma política burguesa, porque partem da inviolabilidade da grande propriedade privada dos meios de produção.

Em determinado momento, chegaram ao poder como uma alternativa ao fracasso do chamado “neoliberalismo”. Têm um denominador comum: o desenrolar de uma desenfreada política rentista, com a finalidade de conservar o apoio das maiorias nacionais. O outro traço comum a todos eles é a corrupção também desenfreada, que, em nossa época, se apresenta como uma das manifestações da decomposição do sistema social capitalista.

De início, todos eles se esforçaram a se mostrar como inimigos de toda forma de corrupção. Descobriram os deslizos dos governos corruptos, muitos dos quais foram presos ou destituídos de seus cargos.

Agora, a sujeira é escandalosa e indissimulável. A prisão de Lula no Brasil teve impacto mundial, Cristina Kirchner se encontra próxima de ser presa na Argentina, a Bachelet não consegue se

distanciar do estigma da corrupção. Rafael Corrêa, no Equador, também é questionado, porque encabeçou um governo extremamente corrupto. A Venezuela é emblemática, uma vez que os seus governantes já não podem ocultar as fortunas que conseguiram no poder; ultimamente, o governo estadunidense confiscou de Diógenes Cabello a impressionante fortuna de 800 milhões de dólares. Na Bolívia, todos sabem que o presidente e a sua cúpula desviaram imensas fortunas desde que chegaram ao poder. É conhecida a escandalosa notícia de que a filha de Evo Morales estuda em uma universidade privada estadunidense e somente em sua segurança social privada o presidente gasta 40.000 dólares por mês, sem contar o que se gasta com luxos, por exemplo, com roupa de marca do nível das atrizes de Meca do cinema estadunidense.

Já não têm vergonha na cara nem se importam com o que o “povo” pensa. Eles pretendem ficar muitos anos no poder para encobrir os seus erros e aprender a roubar com mais eficácia, por exemplo, na Bolívia, seguindo a experiência dos movimentistas, que eram especialistas em roubar de maneira eficiente.

Os que sofrem do cretinismo eleitoreiro têm de chegar à conclusão de que estes canalhas não serão expulsos do poder por meio do voto, mas pela ação direta das massas.

(Extraído do *Jornal Masas*, nº 2544,
do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Argentina

A greve do dia 25 foi imposta pelas bases Por um plano de lutas até derrotar o governo do FMI

A greve geral de 25 de junho foi imposta à burocracia da CGT, que fez tudo o que pode para evitá-la. Foi uma greve geral contra o governo, contra o FMI, contra os tarifas e contra a burocracia sindical. Foi também uma greve contra a cumulatividade dos governadores, dos deputados e de toda a corja de politiquinhos que facilitaram ao governo chegar a esse ponto.

O governo nacional trabalhou ativamente para dividir a burocracia, para comprar os sindicatos do transporte e assegurar-se, assim, que, caso fosse convocada uma greve geral, poderia mobilizar maciçamente os fura-greves. O governo trabalhou para isolar os setores mais combativos e criar sua própria CGT. Repassou-lhes milhares de pesos retidos das obras sociais, ameaçou-os com processos que estão parados, tirá-los as vantagens, etc. Pensava que isso bastaria para conter e desviar a vontade de luta das bases. Tudo isso fracassou.

A direção dos maiores sindicatos foi completamente cúmplice, permitindo demissões, acordos abaixo da inflação, perda de direitos, tarifas, reforma da previdência, etc. Isolaram e trabalharam pela derrota das lutas mais importantes.

A greve foi convocada como festa, uma segunda-feira, sem mobilização, sem nenhuma medida ativa, para descomprimir, para livrar-se em boa medida da pressão da burguesia. Não fez parte de um plano de luta. A burocracia começou a se afastar do governo no momento de maior crise política.

O que mudou? O desastre econômico do governo, que não tem mais como escondê-lo, mas, fundamentalmente, as enormes mobilizações populares. Estas começaram no final de novembro, prosseguiram com os massivos e radicalizados protestos contra a reforma trabalhista, em dezembro, e continuaram com as mobilizações dos docentes; das mulheres, em várias ocasiões, lutando por seus direitos; contra os tarifas; o 25 de maio, contra o FMI, de setores sindicais opositores, em 21 de fevereiro, etc. Todas as mobilizações de alcance nacional contaram com milhares de participantes, que ganharam as ruas. E também lutas extraordinárias como a dos mineiros do Rio Turbio, acompanhadas por sua população, dos trabalhadores da educação de Neuquén, dos funcionários de Chubut, dos canavieiros do Noroeste, dos trabalhadores do metrô, Cresta Roja, etc.

Essa greve é produto da massiva e ativa rejeição popular às políticas do governo, que se entregou ao FMI. Devemos aproveitá-la para impulsionar nossa reorganização, debatendo em cada lugar de trabalho e estudo como transformá-la em parte de um plano de lutas para derrotar o governo. Com nossas próprias reivindicações, nossa própria política. Para não sermos arrastados por nenhum setor da burguesia, daqueles que agora se apresentam como anti-macristas e que querem se organizar para as eleições de 2019.

O governo está em meio a uma grande crise política. Teve de se desprender de personagens chaves de sua administração, como Aranguren e Sturzenegger, e, provavelmente, até outras mudanças. Necessita apresentar os culpados dos “erros” para

oxigenar-se, para continuar com a mesma política.

Sturzenegger ficou no centro dos ataques, devido ao aumento da cotação do dólar, que afetará todos os preços da economia. Aranguren vinha sendo questionado, já há algum tempo, por ser a figura visível dos tarifas e negociatas na área energética.

A disposição de abrir o debate parlamentar sobre o direito ao aborto foi uma manobra para introduzir polêmicas que escondessem os problemas econômicos e políticos, porém, também para dar resposta ao crescente movimento das mulheres. Acabou encurralado também pela mobilização provocada em torno desta questão.

Em meio às negociações com o FMI, aprovou-se a lei que limitava os tarifas, apesar do enorme esforço do governo, negociando com seus amigos da oposição para que a lei não se aprovasse. Como dizia bem claro o informe de Morgan Stanley: *“Macri, quer dizer, nós, deve demonstrar que tem o controle e capacidade de ação no Congresso”*. Essa lei era uma demonstração de que começavam a fracassar os acordos que lhe haviam permitido chegar até esse ponto, que já não controlava o Congresso. Teve de vetar a lei e arcar com um grande custo político.

O governo se desfaz de um peso para continuar flutuando, porém, está carregando uma bóia de chumbo que o afundará de novo. Não tem saída, porque as massas ganham confiança na força de sua luta, porque foram vencendo todos os obstáculos que lhe apresentaram, porque não se acovardaram com a repressão selvagem e os assassinatos.

A crise econômica e financeira se transformou em crise política aberta. O governo direitista, entregue ao capital financeiro, está sendo encurralado pela crescente intervenção popular.

O Congresso demonstrou mais uma vez sua impotência e expõe que não serve para nada. Vota majoritariamente uma lei contra os tarifas na Câmara de Deputados e senadores, o governo a veta, e fica por isso mesmo. Para que serve?

No caso da tramitação na Câmara de Deputados da Lei pelo direito ao aborto, foi claramente uma conquista da mobilização. Esta se transformou numa enorme pressão.

Isso nos leva a insistir que o acordo do governo com o FMI não será barrado no Congresso. Pouco importa que o “discutam”.

A única forma real e efetiva para derrotar ao FMI é a greve geral. Um plano de lutas de todo o movimento operário e popular até derrotar esta política, continuar nas ruas ocupando todo o espaço.

A classe operária deve desmascarar a brutal crise da burguesia, suas instituições, seus partidos e a burocracia sindical, para abrir caminho com sua política revolucionária, mostrando que a única saída é a luta por sua própria perspectiva de poder, por meio da revolução social, que liquide as bases materiais do grande capital e do imperialismo, expulsando ao FMI.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina, nº 341)

Argentina

Poderosa Greve Geral de 25 de junho



Uma das greves gerais mais contundentes de nossa história. O país completamente paralisado contra a inflação insuportável, as demissões, os tarifas, o acordo com o FMI, o teto dos reajustes salariais, etc.

A greve geral está expressando a rebelião popular, que se iniciou há meses contra as políticas antioperárias e antinacionais de um governo que somente representa o capital financeiro internacional, a oligarquia latifundiária e os agroexportadores. Uma rebelião que passou por cima dos acordos do governo com a burocracia dos principais sindicatos, da CGT, com os governadores e os parlamentares que se dizem de oposição.

Um aspecto da grande crise política pela qual atravessa o País se manifesta no apoio de setores de pequenos e médios empresários, elevada quantidade de negócios com as portas abaixadas, em sinal de adesão à paralisação. E também o papel de setores da Igreja, apoiando o protesto. Uns porque vivem na própria carne a política que os esmaga; outros porque sentem a pressão de baixo e querem jogar também um papel na saída da crise, influenciando os movimentos sociais.

O governo e boa parte da burocracia queriam que esta greve servisse para descomprimir, para “afrouxar as tensões sociais”. Por isso, é necessário ampliar a medida, dar continuidade, é necessária uma greve geral de 36 horas, ativa. Não se pode dar um respiro ao governo do FMI. O governo somente fez mudanças superficiais, para continuar com a sua política. O governo não vai mudar, não vai escutar, não se pode alimentar nenhuma ilusão nesse sentido.

O governo tentará agora uma trégua, necessita de seus amigos da burocracia para impedir outra demonstração de força dos trabalhadores. Já sabe que terá de reabrir as paritárias, seus pára-choques se arrebataram diante da realidade. Mas, isso dificilmente será um fator atenuante para um setor dos trabalhadores.

Devemos intensificar as lutas pela situação grave que virá. Todos concordam e o próprio governo reconhece que os próximos meses serão piores, que a recessão se aprofundará, que cairá o poder aquisitivo, que continuarão os tarifas, que se limitarão os recursos para os Estados, que vão parar obras públicas, deixando milhares de trabalhadores sem emprego. Por isso, devemos derrotar esse governo e a sua política o quanto antes.

O governo, seus ideólogos e seus meios de comunicação di-

zem que a greve foi “política”, “que não serve para nada”, que “nada se resolve”, que “se perderam milhões de pesos”. Claro que foi uma greve política, não há nenhuma dúvida. Esse é o enorme valor da greve geral, com a força que teve. Ainda que contem com direções traidoras do movimento operário, os trabalhadores impuseram a medida e a acataram disciplinadamente. Não tinham uma consigna específica, mas expressaram um conjunto de reivindicações sociais, democráticas e também políticas. Sabemos que entregar o governo ao FMI é dramático. Já vivemos isso. Uma greve geral sempre questiona a propriedade privada dos grandes meios de produção. Mostra com força que, sem os trabalhadores, não se produz riqueza alguma, que todo o poder do capital, sem os operários, não serve de nada. Mostra o enorme poder da classe operária, golpeando de forma unitária, com um só punho. Se tivesse sido ativa a força, teria sido maior. Juntamente a setores

combativos, assumimos a tarefa de organizar os piquetes, bloqueios e mobilizações.

É um absurdo que o governo, que pagou 11 bilhões de dólares em poucos dias de juros para o capital financeiro internacional, que impulsionou o fechamento de 7.500 estabelecimentos em pouco mais de dois anos, que endividou o País em cifras que são recordes internacionais, que mantém taxas de lucro superiores a 40%, possa acusar os trabalhadores de causar uma perda para o País.

O governo e os seus meios de comunicação se puseram a estigmatizar as falas do dirigente sindical Pollo Sobrero, no ato no Obelisco: “Continuaremos pressionando até que o governo caia”, palavras das quais logo se arrependeu. Nós reivindicamos essas palavras. Acabar com a política desse governo é acabar com o governo que representa a ultraminoria. O ultrakirchnerista Heller também saiu a contestar: “Não queremos que caia o governo, queremos ganhar as eleições de 2019”.

Não podemos ter nenhuma ilusão nas eleições de 2019, nem no Congresso, nem na denominada oposição. Confiar exclusivamente em nossas próprias forças, em nosso método de luta, em nossa própria política, independente da burocracia, dos governos e das patronais. Somente a classe operária pode derrotar esta política. A classe operária deve intervir nessa crise com a sua própria estratégia revolucionária, por sua própria perspectiva de poder, o governo operário e camponês, que unifique todos os oprimidos da cidade e do campo.

A greve geral está expressando a rebelião popular, que se iniciou há meses contra as políticas antioperárias e antinacionais de um governo que somente representa o capital financeiro internacional, a oligarquia latifundiária e os agroexportadores.

Nossa campanha pelos 80 anos da IV Internacional

No artigo que publicamos abaixo, escrito por Trotsky, nos deparamos com o esforço do organizador da Oposição de Esquerda Russa, da Oposição Internacional de Esquerda e, finalmente, da IV Internacional de mostrar à recém criada corrente alemã, responsável pela publicação de *Unzer Wort*, a importância decisiva de seu vínculo com o internacionalismo proletário. Esse agrupamento não avançou, como esperava Trotsky, mas serviu para as formulações sobre a relação entre o partido nacional e a Internacional. Parece-nos de importância vital a concepção marxista de que a luta pela organização mundial do proletariado diz respeito a princípios e estratégia.

Esperamos que, com sua publicação, contribuamos para fortalecer o trabalho de reconstrução da IV Internacional.

Uma verdadeira conquista

24 de janeiro de 1934 - Leon Trotsky

A transformação de *Unzer Wort* em seminário é uma grande conquista, não só para o setor revolucionário da imigração alemã, não só para o novo partido do proletariado alemão, que se está construindo, mas também para a IV Internacional. A força de *Unzer Wort* está em que serve simultaneamente a objetivos nacionais e internacionais.

Alguns sabichões que não compreenderam nada do caráter de nossa época e não aprenderam nada das vitórias e derrotas do proletariado pretendem raciocinar desse modo: primeiro, construiremos um partido nacional e em seguida, sobre bases sólidas e seguras, ergueremos a internacional. Esse argumento soa muito sério, sóbrio e sólido, mas, na realidade, demonstra uma completa falta de perspectiva. Quando o movimento operário ressurgir, não começa de novo a história; tem um passado colossal, similar em seus traços gerais em todos os países. O proletariado de todo o mundo esteve unido durante décadas na Segunda Internacional e nos sindicatos. Depois da guerra, a vanguarda proletária se unificou sob as bandeiras da Terceira Internacional. Tanto a crise mundial, o fascismo, o perigo da guerra, como a decadência do Comintern são de caráter internacional. É evidente que, sob a influência das mesmas causas comuns, os elementos proletários avançados de todos os países têm de se orientar na mesma direção. Sendo assim: podem recusar nas primeiras etapas de sua tarefa o estabelecimento de conexões internacionais, a elaboração das questões programáticas e estratégicas, a troca de experiências políticas e, finalmente, o apoio prático mútuo?

Alguns sábios que se movem muito lentamente vão ainda mais longe e dizem: “*não queremos nos dividir devido a problemas como o do caráter do estado soviético, da estratégia do Comintern na revolução chinesa, da política do Comitê Anglo-Russo, etc. Simplesmente queremos ajudar os trabalhadores de nosso país a levar adiante a luta de classes*”. Assim raciocinam, por exemplo, os fundadores do novo Partido Norte-Americano dos Trabalhadores (SPLA-Muste, etc.). Da mesma opinião são os dirigentes do Partido Comunista Independente da Suécia (Kilbon e outros), do ILP britânico (Fenner Brockway e outros), etc. Os autores do folheto alemão *Neu Beginnen* (Começar Outra Vez) estão ainda menos ligados a respeito desse problema. É possível imaginar um médico que diga que não lhe interessam as teorias básicas da anatomia, da fisiologia ou da patologia, que não quer discutir as teorias mais recentes sobre o câncer ou a malária, que simplesmente prefere tratar os pacientes de sua localidade? Nenhum operário que pensa um pouco confiaria a um tão lamentável imbecil a vida de seu filho ou a sua própria. Por outro lado, nenhum capitalista confiaria a construção de uma fábrica a um engenheiro que não dominasse completamente as teorias fun-

damentais da tecnologia. Somente no terreno da política, inclusive da política ‘revolucionária’, o charlatanismo ignorante continua argumentando tão pretensiosamente contra o método científico. Às vezes, nos custa acreditar que o *Manifesto Comunista* tenha sido escrito há 85 anos!

Os problemas em discussão que dividem neste momento o movimento operário mundial não são episódicos, nem táticos – são problemas de princípios, estratégicos e, por essa mesma razão, de caráter internacional. Por específicas que possam ser as particularidades de tal ou qual país, em nossa época, só determinam a tática, não a estratégia da classe operária. Evidentemente, a tática é muito importante; em última instância, a estratégia se expressa em uma tática. Mas não podemos dar um só passo tático correto sem uma bússola estratégica nas mãos. Não podemos nos orientar em uma situação nacional sem caracterizar teoricamente a situação mundial, sem tirar conclusões da experiência internacional da classe operária, sem delinear uma perspectiva internacional, isto é, sem um programa para uma nova internacional.

Quando os profundos pensadores nos dizem: “*Não se apressem, não é o momento para a Quarta Internacional*”, com o mesmo êxito poderiam dizer: “*Não se apressem, não é o momento para a luta de classes*”. Não se trata da ‘proclamação’ formal da nova internacional, mas da construção de um novo partido, não como entidade nacional isolada, mas como parte da internacional.

O pequeno *Unzer Wort* é agora o único jornal do movimento operário alemão que compreende, correta e seriamente, à maneira marxista, a relação entre tática e estratégia, entre o partido nacional e a nova internacional. Essa é precisamente a garantia de seu êxito. Em uma época como a atual, de dissolução, fermento e confusão, a indiferença política pode conseguir, às vezes, êxitos muito surpreendentes e enegudecedores; mas não são de confiança, desaparecem junto à conjuntura política que lhes deu vida. Os êxitos de *Unzer Wort* são diferentes; são produto do método, do sistema, da clareza marxista: são sólidos.

Os amigos de *Unzer Wort* não devem economizar esforços para garantir a publicação semanal do jornal, enriquecer seu conteúdo, aumentar o seu tamanho e circulação e facilitar sua penetração na Alemanha. Devem se preparar para publicar, junto com *Unzer Wort*, um órgão teórico mensal para a elaboração dos principais problemas de nossa época, isto é, do programa da Quarta Internacional.

Calorosas saudações aos diretores, ao pessoal, à administração, aos leitores e amigos do semanário *Unzer Wort*.

(Extraídos de *Escritos*, Leon Trotsky, tomo V, 1933-34, vol. 2, editorial Pluma)

História do Partido Bolchevique

Capítulo 4, a revolução proletária

Quarta parte (final)

Os bolcheviques conquistam as massas

As novas eleições nos sovietes transformaram os bolcheviques na primeira força política em todos os lugares, particularmente em Petrogrado e em Moscou (47% dos votos). Trotsky foi eleito presidente do Soviete de Petrogrado. Lênin caracterizava que, junto com a fração de esquerda dos socialistas revolucionários, “somos maioria nos sovietes, no exército e no país”.

Em 31 de agosto, o Soviete de Petrogrado aprovou, pela primeira vez, desde que foi criado, uma resolução proposta pelo grupo bolchevique, que rejeitava a política de conciliação com a burguesia, defendia a entrega de todo o poder aos sovietes e fixava o programa de transformações revolucionárias para o país. Alguns dias mais tarde, uma resolução similar foi aprovada em Moscou.

Os mencheviques e socialistas revolucionários, em face do

lamentarista. Entretanto, o Governo Provisório respondeu com um decreto estabelecendo que o pré-parlamento seria tão somente um organismo consultivo.

Os bolcheviques adotaram uma tática vacilante em relação a Conferência Democrática. O Comitê Central resolveu participar da mesma. Lênin combateu duramente as ilusões na Conferência Democrática, assinalando que “tiveram uma posição equivocada diante do parlamentarismo num momento de crise revolucionária (‘não constitucional’), considerando que deveriam retirar-se da mesma e não participar da “comédia” e que era necessário boicotá-la. Finalmente, se resolveu não participar do pré-parlamento e boicotá-la, jogando todas as energias na organização e agitação nas fábricas.



Os bolcheviques devem tomar o poder

Em meados de setembro, Lênin escreveu uma carta dirigida ao Comitê Central e aos Comitês de Petrogrado e de Moscou intitulada “Os bolcheviques devem tomar o poder”, na qual assinalava que, tendo conseguido a maioria dos sovietes de Petrogrado e Moscou, os bolcheviques “podem e *devem* tomar o poder estatal em suas mãos”. A tarefa para o partido é colocar na ordem do dia “a *insurreição armada* em Petrogrado e Moscou (e nas suas províncias), a conquista do poder, a derrubada do governo”. E advertia que seria “ingênuo esperar o momento em que os bolcheviques tivessem a maioria ‘formal’: nenhuma revolução espera *tal coisa* (...) A história não nos perdoará se não tomarmos o poder agora”.

A situação política não admite demora. De um lado, havia a suspeita de que Kerensky organizava uma conspiração com os imperialistas franceses e ingleses para entregar aos alemães a cidade de Petrogrado e estrangular, desse modo, a revolução. De outro lado, estourava a sublevação camponesa, se intensificava a ocupação de terras

dos latifundiários e o cultivo por iniciativa própria.

Dentro do CC, Kamenev, Zinoviev e Trotsky eram partidários de aguardar o II Congresso dos Sovietes para tomar o poder. Mas, o Comitê Executivo dos sovietes, ainda dominado pelos mencheviques e socialistas revolucionários, protelava sistematicamente o II Congresso, no qual era esperado que os bolcheviques se transformassem na direção indiscutível.

Em 29 de setembro, Lênin apresentou o artigo “A crise amadureceu”, dividido numa parte a ser publicada e outra dirigida

Em 31 de agosto, o Soviete de Petrogrado aprovou, pela primeira vez, desde que foi criado, uma resolução proposta pelo grupo bolchevique, que rejeitava a política de conciliação com a burguesia, defendia a entrega de todo o poder aos sovietes e fixava o programa de transformações revolucionárias para o país.

retrocesso de sua influência, convocaram uma “Conferência Democrática” de toda a Rússia, que se realizou no final de setembro. Para manter a maioria, ampliaram o número de delegados de diversas organizações pequeno-burguesas e burguesas, como as cooperativas, os zemstvos (governos locais), administrações locais, perfazendo um total de 620 delegados, enquanto que nos sovietes de deputados operários e soldados contavam com 230. A Conferência Democrática resolveu criar um “pré-parlamento”, para criar a ilusão de que se estabelecia na Rússia um sistema par-

exclusivamente ao Comitê Central, no qual apresentava sua renúncia ao CC. Nesse pronunciamento, assinalava que *“em nosso CC e nos meios dirigentes do Partido há uma tendência ou opinião em favor de esperar o Congresso dos Sovietes, contrária à tomada imediata do poder, contrária à insurreição imediata ... deixar passar um momento como este e ‘esperar’ o Congresso dos Sovietes seria uma perfeita idiotice ou uma completa traição”*. Apontava que, uma vez que o CC *“não respondeu a nenhuma de minhas observações nesse sentido, desde que começou a Conferência Democrática, que o órgão central corta dos meus artigos as referências aos irritantes erros dos bolcheviques, tais como a vergonhosa resolução no pré parlamento, ou ter cedido uma vaga no Presídium dos Sovietes aos mencheviques, etc., etc., sou obrigado a interpretá-lo como uma ‘delicada’ insinuação do CC de que não deseja sequer que mencione a questão, uma delicada insinuação para que eu me cale e me retire. Sou obrigado a apresentar meu pedido de afastamento do CC, coisa que faço, reservando minha liberdade de fazer propaganda nas organizações inferiores do partido e perante o congresso do partido”*.

Em 1º de outubro, Lênin enviou outra carta ao CC e aos Comitês de Moscou, que foi discutida por eles alguns dias mais tarde. Nessa carta, insistiu que era um crime esperar; que os bolcheviques *“não têm o direito a esperar o Congresso dos Sovietes, devem tomar o poder imediatamente (...) A consigna deve ser: o poder aos sovietses, a terra aos camponeses, paz aos povos e pão para os famintos”*.

De 11 a 13 de outubro, se reuniu o Congresso dos sovietses da região norte em que estiveram presentes 23 sovietses (Petrogrado, Moscou, Kronstandt, entre outros). Suas resoluções chamavam à insurreição.

A revolução de outubro

Na reunião de 10 de outubro, o CC resolveu que *“a insurreição armada”* está na ordem do dia: *“O Comitê Central declara que a insurreição armada é inevitável e propõe a todas as organizações do partido seguir esse caminho e, deste ponto de vista, discutir e resolver todos os problemas de ordem práticos”*.

No dia 12 de outubro, se formou o Comitê Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado, por iniciativa dos bolcheviques. Essa medida era uma resposta às tentativas do governo de enviar ao front as tropas (como havia feito durante a revolta de Kornílov), e, em poucas semanas, passou a controlar todas as tropas da cidade.

Em 16 de outubro, se realizou uma reunião ampliada do CC, que referendou a decisão. A decisão teve a oposição de Kamenev e Zinoviev. Eles publicaram suas posições num jornal alheio ao partido, revelando ao governo os planos da insurreição. Motivo pelo qual a insurreição devia ser adiada. Diante dessa situação, Lênin os acusou de *“carneiros fura greves”* e propôs a sua expulsão do partido. Na reunião de 20 de outubro, Kamenev foi afastado do Comitê Central.

Em 24 de outubro, Lênin enviou outra carta, assinalando que a situação era extremamente grave e que adiar a insurreição seria a morte; que as questões *“não podiam resolver-se por meio de conferências e congressos, senão unicamente pelos povos, pelas massas, por meio da luta das massas armadas”*. Era urgente que *“todos os distritos, todos os regimentos, todas as forças sejam imediatamente mobilizadas e que enviem sem demora delegações ao Comitê Militar Revolucionário, ao CC do Partido Bolchevique, exigindo energicamente que de nenhum modo se deixe o poder nas mãos de Kerensky e companhia até o dia 25, sob*

pretexto algum (...) Se hoje tomarmos o poder, não nos apossaremos dele contra os sovietses, mas sim a seu favor. A tomada do poder deve ser obra da insurreição (...) o povo tem o direito e o dever de decidir essas questões não através da votação, mas pela força; tem, nos momentos críticos da revolução, o direito e o dever de ensinar o caminho a seus representantes, inclusive aos melhores representantes, sem esperar por eles”.

Na noite de 24 de outubro, o governo provisório resolveu prender os membros do Comitê Militar Revolucionário, suspender os jornais bolcheviques, que chamavam à insurreição, e trazer as tropas de sua confiança a Petrogrado. Diante disso, Trotsky assinalou que *“os operários e soldados de toda a cidade se inteiraram dos propósitos do inimigo, e se sentissem mais dispostos do que nunca a responder devidamente a esse ataque”*.

“O plano de ocupação da capital foi elaborado principalmente pelos elementos da Organização militar dos bolcheviques (...) A ocupação dos pontos estratégicos, técnicos e políticos fundamentais da cidade se realizou durante a noite (...) As operações principais começaram às duas da madrugada. Pequenos destacamentos militares, previamente formados com núcleo de operários ou marinheiros armados, ocuparam simultaneamente ou de modo sucessivo, sob a direção dos comissários, as estações, a central de iluminação pública, os arsenais e os depósitos de víveres, o Banco do Estado e as grandes gráficas, e se reforçaram as sentinelas do edifício de Telégrafos e da Central dos Correios (...) Ordenou-se prender os oficiais que não reconhecessem a autoridade do Comitê Militar Revolucionário (...) Todos os bairros tinham seus centros que reproduziam, mesmo que em escala menor, o que se passava no Smolny”

25 de outubro, às 10 horas da manhã, o Comitê Militar Revolucionário comunica a toda a Rússia:

“O governo provisório foi deposto. O poder do Estado passou às mãos do Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado, do Comitê Militar Revolucionário dirigido pelo proletariado e da guarnição de Petrogrado.

A causa pela qual lutava o povo: a proposta imediata de uma paz democrática, a abolição da propriedade dos latifundiários sobre a terra, o controle operário sobre a produção, a criação de um governo soviético, está assegurada.

Viva a Revolução dos Operários, Soldados e Camponeses!”

Ainda havia resistência no Palácio de Inverno onde se encontrava o Estado Maior, com Kerensky e seus ministros, sofrendo um cerco que durou 11 horas. Às 21h40min, o encouraçado Aurora disparou sua artilharia contra o palácio, indicando o início do assalto ao edifício. Kerensky já havia fugido, e os ministros que ficaram deram a ordem de não resistir.

Nessa mesma noite, às 22h45min, o II Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de toda a Rússia inaugurou suas sessões, com 694 delegados, dos quais 390 eram bolcheviques. Os mencheviques e socialistas revolucionários de direita abandonaram o Congresso. Foi aprovada a criação do governo soviético, o decreto sobre a paz e o decreto sobre a guerra. Lênin foi eleito presidente do Conselho de Comissários do Povo. O Comitê Executivo foi constituído por 101 membros, dos quais 62 eram bolcheviques e 29 socialistas revolucionários de esquerda.

Lênin começou seu discurso com essas palavras:

“Damos início à tarefa de construir a sociedade socialista”

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina, nº 337, março de 1918)



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

Vimos, no balanço de Lênin sobre o IV Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), a importância que assumiu a convocação da I Duma (Câmara Parlamentar) para a tática e a estratégia. Tratava-se de um fenómeno novo, uma vez que imperava o regime monárquico. O levante insurrecional das massas e a constituição dos soviets de operários (conselhos) obrigaram o czar Nicolau II a manobrar as forças da reação por meio da caricatura parlamentar da Duma. A fração burguesa liberal, organizada pelos Kadetes, procurou alimentar as ilusões constitucionalistas. Incentivaram-se, assim, as teses em torno da possibilidade da revolução democrática legalista e pacífica. O proletariado e os camponeses, no entanto, avançavam no caminho da insurreição, em outras palavras, da derrubada revolucionária da monarquia.

A compreensão do que se passava no País e as formulações sobre a tática e a estratégia na revolução democrático-burguesa vinham dividindo a socialdemocracia entre a ala marxista (bolchevique) e a oportunista (menchevique). O equilíbrio de forças entre a revolução e a contrarrevolução em 1905 obrigou, de um lado, o czar a procurar apoio ao continuísmo nas fileiras dos partidos burgueses, oferecendo-lhes a Duma castrada de real poder, e o proletariado, de outro, a prosseguir no caminho da independência de classe, portanto, no da insurreição.

No IV Congresso, como demonstramos anteriormente no Informe sobre o Congresso de Unificação do POSDR (Carta aos Operários de Petersburgo), maio de 1906, a divisão entre bolcheviques e mencheviques se aprofundou ainda mais, diante da atitude da política a ser desenvolvida pelo partido. Diante da I Duma, convocada entre abril e junho de 1906, Lênin defendeu o boicote, por considerá-la uma farsa grotesca, em contraposição à participação defendida pelos mencheviques. Em 8 de julho, desse mesmo ano, o czar a dissolveu por decreto. Lênin aproveita o fato para demonstrar a confirmação do acerto dos bolcheviques em não serem arrastados pelas pressões da burguesia democratizante. Em seu balanço “A dissolução da Duma e as tarefas do proletariado” conclui: “A lógica da vida é mais forte que a dos manuais de direito constitucional. A revolução ensina”. (...) “A dissolução da Duma marca uma clara virada para a autocracia. Cresce a possibilidade de uma ação simultânea em toda a Rússia. Eleva-se a possibilidade de que todas as insurreições parciais se fundam em uma só. Vastos setores da população sentem como nunca que a greve política e a insurreição, como formas de luta pelo poder, são inevitáveis”.

A formulação de boicote a I Duma respondia estritamente à tática a ser aplicada quanto à intervenção na luta parlamentar nas condições concretas da luta de classes. No artigo “O Boicote”, publicado em agosto de 1906, Lênin esclarece: “Na questão do boicote, a diferença principal entre a socialdemocracia revolucionária e a socialdemocracia oportunista é a seguinte: os oportunistas se limitam a aplicar em todos os casos um método estereotipado, copiando de um período específico da história o socialismo alemão”. (...) “Os socialdemocratas revolucionários, pelo contrário, colocam precisamente no centro de sua atenção o exame cuidadoso da situação política concreta”.

(...) “Não podemos compreender nada da marcha de nossa revolução, se nos limitamos a opor pura e exclusivamente o boicote ‘anarquista’ à participação socialdemocrata nas eleições”. Definia-se, portanto, que se tratava da tática e não de um princípio. Tática essa que se desprendia objetivamente da luta de classes e que correspondia à estratégia revolucionária estabelecida pelo bolchevismo.

Em particular, a divergência tática com os mencheviques tinha a ver com a posição desses de constituir um bloco com os liberais, o que comprometia a independência do proletariado e o desviava do curso da revolução. Diante da convocação da II Duma, realizou-se a II Conferência do POSDR (Primeira de Toda a Rússia), em novembro de 1906. Os bolcheviques estavam em minoria. A Conferência contava com cinco pontos de pauta, começando pela campanha eleitoral. Aí se travou a batalha contra a tática menchevique de integrar um bloco com os Kadetes. Lênin formula uma ‘opinião dissidente’, em que traça os aspectos fundamentais da tática de intervenção na campanha da II Duma. Como se vê, já não se colocava o boicote. Lênin, em sua nova formulação, não deixa de se referir à importância da tática do boicote da I Duma. Vejamos o essencial:

“Os socialdemocratas devem travar esta luta fora da Duma e dentro dela, para desenvolver a consciência de classe do proletariado, continuar desmascarando o caráter nocivo das ilusões constitucionalistas diante do povo e impulsionar a revolução. Diante de semelhante estado de coisas e com o objetivo indicado, o Partido Operário Socialdemocrata da Rússia deve participar de modo mais enérgico na atual campanha da Duma. Os objetivos mais importantes da socialdemocracia na campanha eleitoral e da Duma são os seguintes: em primeiro lugar, explicar ao povo que a Duma é completamente ineficaz como meio para satisfazer as reivindicações do proletariado e da pequena burguesia revolucionária, em particular do campesinato. Em segundo lugar, explicar ao povo que é impossível conquistar a liberdade política pela via parlamentar, enquanto o poder efetivo se achar nas mãos do governo czarista; explicar a necessidade da insurreição armada, de um governo provisório revolucionário e de uma assembleia constituinte, eleita pelo sufrágio universal, igual, direto e secreto. Em terceiro lugar, criticar a I Duma e colocar de relevo a bancarrota do liberalismo russo, mostrando, em particular, quanto perigoso e funesto seria para a causa da revolução que o partido kadete monárquico-liberal chegasse a desempenhar o papel predominante e dirigente no movimento de libertação. Como partido de classe do proletariado, o partido socialdemocrata deve manter sua absoluta independência durante toda a campanha eleitoral e da Duma, sem mesclar, tampouco aqui, de modo algum, suas consignas ou sua tática com as de qualquer outro partido revolucionário ou de oposição. Por essa razão, deve, na primeira etapa da campanha eleitoral, isto é, diante das massas, apresentar-se, como norma geral, com absoluta independência e apresentar somente seus candidatos do partido”.

A aprovação da linha menchevique, que admitia o bloco com os kadetes, comprova a tese leninista de que essa ala oportunista da socialdemocracia comprometia a independência de classe do proletariado e favorecia setores da burguesia que se vestiam de democrático e que acabavam conciliando com o poder monárquico.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, vol. XI)